

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



**Juventude e criminalidade: contribuições e apontamentos
da Teoria do Controle Social**

Emanuelle Lopes Miranda

**Belo Horizonte
2010**

Emanuelle Lopes Miranda

**Juventude e criminalidade: contribuições e apontamentos
da Teoria do Controle Social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro de Estudos de Criminalidade e
Segurança Pública/CRISP da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Frederico Couto Marinho

**Belo Horizonte
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA

301 Miranda, Emanuelle Lopes
M672j Juventude e criminalidade [manuscrito] contribuições e apontamentos da
2010 teoria do controle social / Emanuelle Lopes Miranda. -2010.

62 f.

Orientador: Frederico Couto Marinho

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos de criminalidade da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Criminalidade e Segurança Pública.

1. Juventude e violência. 2. Delinqüência juvenil. 3. Controle social.

I. Marinho, Frederico Couto. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

Emanuelle Lopes Miranda

Juventude e criminalidade: contribuições e apontamentos da Teoria do Controle Social

Trabalho Final apresentado ao Curso de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, requisito para obtenção do Título de Especialista.
Belo Horizonte, 2010.

Nome do Orientador

Frederico Couto Marinho

Nome do Examinador

Robson Sávio Reis Souza

AGRADECIMENTOS

Expresso aqui a minha sincera gratidão por aqueles que prestaram sua especial contribuição para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho:

Aos meus pais e irmãos pelo amor, apoio e compreensão em todos os momentos da minha vida,

Ao meu marido pelo carinho, presença, incentivo e companheirismo,

À SEDS/MG – Secretaria de Estado de Defesa Social / Minas Gerais – que me ofereceu a oportunidade de realizar este curso,

À EFAP – Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional e Sócioeducativo –, especialmente na pessoa da Diretora Lílian Regina Gomes Guerra Lemos, pelo auxílio, compreensão e oferta de possibilidades,

Ao meu orientador, Frederico, pela atenção, paciência e suporte teórico-metodológico,

À SUASE pela acolhida, fornecimento e concessão para utilização dos dados,

Aos profissionais (coordenação, corpo docente e secretária) e alunos do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – CRISP – pelo convívio rico em trocas de experiências e aprendizados.

“Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome prá lhe dar
Como fui levando, não sei lhe explicar
Fui assim levando, ele a me levar
E na sua meninice
Ele um dia me disse que chegava lá
Olha aí! Olha aí! Olha aí!
Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí! É o meu guri e ele chega!
Chega suado e veloz do batente
Traz sempre um presente prá me encabular
Tanta corrente de ouro, seu moço!
Que haja pescoço prá enfiar
Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Prá finalmente eu me identificar
Olha aí! Olha aí! Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí! É o meu guri e ele chega!
Chega no morro com carregamento
Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos tá um horror
Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo prá ele me ninar
De repente acordo, olho pro lado
E o danado já foi trabalhar
Olha aí! Olha aí! Ai o meu guri, olha aí!
Olha aí! É o meu guri e ele chega!
Chega estampado, manchete, retrato
Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente, seu moço!
Fazendo alvoroço demais
O guri no mato, acho que tá rindo
Acho que tá lindo, de papo pro ar
Desde o começo eu não disse, seu moço!
Ele disse que chegava lá
Olha aí! Olha aí! Olha aí! Ai o meu guri, olha aí
Olha aí! E o meu guri!...”

Meu guri – Chico Buarque

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar e compreender os fatores que contribuem para o ingresso de adolescentes à prática infracional sob o olhar das teorias sociológicas da criminalidade. Através da base de dados do CIA/BH – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte – buscou-se operacionalizar a hipótese central da Teoria do Controle Social (Hirschi, 1969) que define que a gênese da delinqüência juvenil resulta do enfraquecimento dos laços sociais, estando assim pouco atrelados aos controles normativos que impeçam o comportamento desviante. A partir desta perspectiva de que a criminalidade juvenil está relacionada a problemas de vinculação social do jovem às instituições como a escola, a família, a religião e trabalho pode-se deduzir que a vinculação social frágil e/ou insuficiente dos adolescentes às agências socializadoras e de controle contribui para a adoção de comportamentos desviantes? O cometimento de atos infracionais estaria relacionado a uma falha ou inexistência de controles sociais que impeçam tal comportamento?

A análise dos dados do CIA/BH confirma as proposições da Teoria do Controle Social ao se observar que os laços sociais com a escola, trabalho, grupos e atividades dos adolescentes que cometeram ato infracional estão enfraquecidos. Os dados revelam também que a grande maioria dos adolescentes atendidos no CIA/BH é do sexo masculino com idade entre 12 e 20 anos, sendo que a faixa etária na qual se concentra maior percentual de adolescentes é de 15 anos a 17 anos. A maioria dos adolescentes cometeu atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas, que tem representado uma das principais preocupações e foco das intervenções direcionadas à segurança pública no país.

Palavras chave: Estatuto da Criança e do Adolescente, adolescentes autores de ato infracional, criminalidade juvenil, Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional, medidas socioeducativas, Teoria do Controle Social.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráficos

Gráfico 1 – Sexo dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010	35
Gráfico 2 – Idade dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010	36
Gráfico 3 – Raça/cor auto-declarada pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010	36
Gráfico 4 – Atos infracionais praticados pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010	39
Gráfico 5 – Estado civil dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010	40
Gráfico 6 – Tipo de documentação autodeclarada pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010	43
Gráfico 7 – Percentual dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 inseridos na escola	44
Gráfico 8 – Série escolar dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010	46
Gráfico 9 – Percentual de adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 inseridos no mercado de trabalho	47
Gráfico 10 – Percentual de participação dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 em atividades ou grupos sociais	48
Gráfico 11 – Percentual de uso de drogas pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 por tipo de droga	50
Gráfico 12 – Tipo de convivência familiar dos adolescentes atendidos pelo CSESC em agosto de 2010	53

Tabelas

Tabela 1 – Idade dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010	35
Tabela 2 – Atos infracionais praticados pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010	37
Tabela 3 – Tipo de documentação autodeclarada pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010	43
Tabela 4 – Série escolar dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010	45
Tabela 5 – Percentual de participação dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 em atividades ou grupos sociais	49
Tabela 6 – Tipo e tempo de convivência familiar dos adolescentes atendidos pelo CSESC em agosto de 2010	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CELADE** – Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia
- CEPAL** – Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe
- CF/88** – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- CIA/BH** – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte
- COEP** – Comitê de Ética e Pesquisa
- CPB** – Código de Penal Brasileiro
- CPF** – Certificado de Pessoa Física
- CTB** – Código de Trânsito Brasileiro
- CSESC** – Centro Socioeducativo Santa Clara
- CTPS** – Carteira de Trabalho e Previdência Social
- DOPCAD** – Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- MBA** – Mandado de Busca e Apreensão
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OPS** – Organização Pan-americana de Saúde
- PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- RG** – Registro Geral
- SEDS** – Secretaria de Estado de Defesa Social
- SINASE** – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
- SUASE** – Subsecretaria de Estado de Atendimento às Medidas Socioeducativas
- TJMG** – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UF** – Unidade da Federação
- UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais
- UNAIDS** – Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV / AIDS
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE JUVENIL NO BRASIL	15
2.1 Considerações acerca da adolescência	15
2.2 Violações de direitos e suas implicações sociais na juventude	17
3. TEORIAS SOCIOLOGICAS DA CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA ..	23
3.1 A Teoria do Controle Social	24
3.2 A Teoria do Controle Social e a Criminalidade Juvenil	27
4. METODOLOGIA DA PESQUISA	29
4.1 A seleção da amostra	29
4.1.1 CIA/BH: Centro Integrado do Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte	30
4.2 Coleta de dados	31
4.3 Análise dos dados	33
4.3.1 Hipóteses da pesquisa	33
4.3.2 Perfil dos Adolescentes	34
4.3.3 Análise das variáveis relacionadas à Teoria do Controle Social	40
4.3.4 Limitação dos dados	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

1. INTRODUÇÃO

A problemática envolvendo a criminalidade e a juventude tem atingido e preocupado autoridades, bem como toda a sociedade brasileira. “De fato, um rápido exame das sondagens de opinião pública indica que o crime constitui, na atualidade, uma das principais preocupações na agenda dos mais urgentes problemas sociais com que se defronta o cidadão brasileiro.” (ADORNO, 1999, p.62).

O Brasil tem registrado altos índices de violência, porém tais indicadores não afetam toda a população da mesma maneira. Adolescentes e jovens com idade entre 12 e 29 anos representam 35% da população brasileira e representam as principais vítimas e autores de crimes violentos. Embora a morte não expresse todas as formas de violência cotidiana, pode-se considerá-la como o mais alto grau de violência interpessoal.

“(…) as taxas de mortalidade juvenil, e especificamente as atribuíveis a causas violentas, indicam os diversos modos de sociabilidade e as circunstâncias políticas e econômicas que exprimem mecanismos específicos de negação da cidadania.” (WAISELFISZ, 2010, p.7).

Dados do *Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos Homicídios no Brasil* revelam que a taxa de homicídios entre os jovens passou de 30 por 100.000 jovens em 1980 para 50,1 no ano 2007. Ao contrário, no restante da população (excluída a população jovem) esta taxa permaneceu relativamente constante, inclusive com leve queda: de 21,2 por 100.000 habitantes para 19,6 no mesmo período. Segundo o relatório, “Isso evidencia, de forma clara, que os avanços da violência homicida no Brasil nas últimas décadas tiveram como motor exclusivo e excludente a morte de jovens.” (WAISELFISZ, 2010, p.137).

Levantamento estatístico da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos realizado por Murad (2004) citado no SINASE (2006) – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – identificou que existiam no Brasil cerca de 39.578 adolescentes no sistema

socioeducativo¹. Destes, 70%, ou seja, 27.763 se encontravam em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade).

Segundo Rocha (2002) *apud* SINASE (2006, p.19), havia no país cerca de 9.555 adolescentes cumprindo medida privativa de liberdade – medida socioeducativa de internação e internação provisória. Dentre eles, 90% eram do sexo masculino; 76% tinham idade entre 16 e 18 anos; 63% não eram brancos e destes 97% eram afro descendentes; 51% não frequentavam a escola; 90% não concluíram o Ensino Fundamental; 49% não trabalhavam e 85,6% eram usuários de drogas.

Conforme demonstra os dados acima algumas características são peculiares a estes adolescentes. Em sua maioria são: do sexo masculino, não são brancos (negros e pardos), apresentam baixa escolaridade, grande defasagem escolar, além de não frequentarem a escola, não trabalharem e apresentarem alta taxa de consumo de drogas.

Analisar e compreender os fatores que contribuem para a predisposição de adolescentes à prática infracional sob o olhar das teorias sociológicas da criminalidade é a proposta deste trabalho. Através de informações obtidas a partir de questionários aplicados com os adolescentes e jovens atendidos no CIA/BH – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte – busca-se relacionar tal fenômeno às hipóteses derivadas de uma das principais teorias sociológicas da criminalidade: a Teoria do Controle Social (Hirschi, 1969).

A Teoria do Controle Social define que a gênese da delinquência juvenil está relacionada a problemas na vinculação social do jovem às instituições sociais como

¹ O termo sistema socioeducativo se refere ao conjunto de medidas socioeducativas, previstas na Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), incluindo as privativas de liberdade (internação e semiliberdade), as não privativas de liberdade (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) e a internação provisória. Ainda, segundo esta lei, estão previstas as medidas socioeducativas de advertência e obrigação de reparar o dano. Todas as medidas socioeducativas são aplicadas ao adolescente por autoridade competente em decorrência da prática de ato infracional – considerado como conduta descrita como crime ou contravenção penal.

família, escola, igrejas. Estas teriam função fundamental na formação ou adaptação do indivíduo às normas sociais.

A partir desta perspectiva, pode-se deduzir que a vinculação social frágil e/ou insuficiente dos adolescentes a essas instituições contribui para a adoção de comportamentos desviantes? O cometimento de atos infracionais estaria relacionado a uma falha ou inexistência de controles sociais que impedissem tal comportamento?

Baseado nos pressupostos teóricos definidos por Hirschi, este estudo se propõe a avaliar a presença da correlação entre laços sociais e cometimento de atos infracionais. Os dados foram obtidos através de banco de dados fornecido pela SUASE – Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas - a fim de identificar existência ou não de laços sociais do adolescente com familiares e outros grupos sociais e o envolvimento em atividades convencionais através do vínculo com instituições como escola, trabalho, associações comunitárias, programas, projetos, entre outros.

Portanto, além de expandir o debate referente a este fenômeno busca-se contribuir no processo de formulação de políticas públicas de prevenção e intervenção junto à criminalidade juvenil.

Para tanto, este estudo apresentará a seguinte estrutura: inicialmente serão abordadas as características da adolescência e a sua relação com a problemática da violência e criminalidade no Brasil. Em seguida, serão apresentados os pressupostos teóricos e empíricos da Teoria do Controle Social, desenvolvida por Travis Hirschi (1969), bem como a metodologia da pesquisa e a síntese dos dados quantitativos fornecidos pela SUASE. Finalmente, o trabalho será encerrado a partir do desenvolvimento das considerações finais do estudo correlacionando os resultados da pesquisa com a Teoria do Controle Social, enfatizando os alcances e os limites dos dados coletados.

2. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE JUVENIL NO BRASIL

“A delinqüência pode ser a resultante de uma construção social cuja raiz está na própria violência familiar e social.” (LEVISKY, 2000, p.31).

Dados do *Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos Homicídios no Brasil* revelam que em 2007 18,6% (dezoito vírgula seis por cento) da população brasileira era constituída por jovens entre 15 e 24 anos de idade, representando 35 milhões do total de 189,3 milhões de habitantes do país naquele ano. Nesta faixa etária tem se concentrado os maiores índices de homicídio. Naquele ano, foram registrados 17.475 homicídios nesta faixa etária o que significa 36,6% (trinta e seis vírgula seis por cento) do total de homicídios do país. O que pode explicar a concentração de tão altos índices de violência entre os jovens? Quais seriam as razões e características que os predispõem, nesta fase da vida, à violência?

2.1 Considerações acerca da adolescência

A adolescência representa uma etapa do desenvolvimento humano marcada por transformações biológicas, psicológicas e sociais, localizada entre a infância e a fase adulta. Pode ser definida a partir de diversas perspectivas ou correntes teóricas, variando nas diferentes culturas e organizações sociais.

O termo adolescente, etimologicamente, vem do latim *adolescere* que significa crescer, brotar, fazer-se grande, admitindo diferenças no momento de “despertar” para esta fase da vida entre pessoas de diferentes raças, culturas e gerações. Para o ordenamento jurídico brasileiro, este período é delimitando temporalmente, considerando-se adolescente a pessoa entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade, conforme estabelecido no Art. 2º do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Muitas vezes os termos “adolescência” e “juventude” são tidos como sinônimos ou entendidos como fases que se sobrepõem. O Mini-dicionário da Língua Portuguesa, Bueno (2000, p.28) define o adolescente como “aquele que está na adolescência, jovem”. A OMS – Organização Mundial da Saúde – define adolescente como o

indivíduo que se encontra entre os 10 (dez) e 20 (vinte) anos de idade². Já a ONU – Organização da Nações Unidas – define juventude como a fase entre 15 (quinze) e 24 (vinte e quatro) anos de idade – sendo que deixa em aberto a possibilidade de diferentes nações definirem o termo de outra maneira.

Do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento, o início da adolescência é claramente marcado pelo início de transformações físicas e biológicas no corpo, que caracterizam a puberdade e geram o amadurecimento sexual. Por outro lado, o fim da adolescência se define sobretudo pela maturidade social, que abrange, entre outras coisas, a entrada no mercado de trabalho e a adoção do papel social de adulto.

A adolescência não é uma fase homogênea, pelo contrário, é uma fase dinâmica. “Diferentes adolescências se configuram a partir de diferentes relações que os sujeitos desse ciclo de vida estabelecem com a família, a escola, o trabalho, a cultura, o esporte e o lazer, com o próprio corpo, entre tantas outras esferas da vida³.”

Enquanto tenta se acostumar com as mudanças corporais, o adolescente corta os laços com a infância. Essa ruptura é fundamental para que se torne um ser único, em busca de sua autonomia. Assim, busca estabelecer uma nova identidade (adulta). Apoiado nas suas relações com a família e o meio social, reformula os conceitos que possui a respeito de si mesmo, abandonando a auto-imagem infantil para projetar-se no futuro de sua vida adulta. (Aberastury & Knobel, 1992).

“É durante a adolescência que se tem uma segunda, e grande oportunidade, para se oferecer condições construtivas ou destrutivas ao desenvolvimento da estrutura da personalidade dos jovens, a partir da interação com a sociedade da qual fazem parte, e na qual vão buscar seus novos modelos identificatórios. Os jovens são vulneráveis e susceptíveis às influências oriundas do meio social. Buscam fora do núcleo familiar aspectos que desejam incorporar à sua realidade pessoal, ou outros, com os quais necessitam aprender

² Organización Mundial de La Salud. Necesidades de salud de los adolescentes. Ginebra: OMS; 1977. Série de Informes Técnicos, n.724.

³ ROCHA, Simone Mariano da (Procuradora de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul). Adolescência, uso de drogas e ato infracional.

a lidar e que constituem uma parte do seu eu, nem sempre bem integrada à personalidade” (LEVISKY, 200, p.22).

2.2 Violações de direitos e suas implicações sociais na juventude

A realidade atual, cada vez mais global e sem limites, reflete uma sociedade que se encontra em constante transformação dos parâmetros que regem hábitos, normas e valores repletos de contradições, mostrando-se por vezes cruel, injusta e desigual em oportunidades.

Expostos a esta sociedade marcada por diversos tipos de violência em que os direitos são violados – precariedade do sistema de saúde e educacional, falhas na segurança pública, relações perversas entre cidadãos e as instituições públicas, atrocidades cometidas por órgãos governamentais e seus representantes tendo como pano de fundo os interesses próprios ou de minorias – os jovens incorporaram este elemento como modelo identificatório, como padrão de conduta, e forma de auto-afirmação dentro da sociedade.

A literatura sobre violência estabelece uma forte ligação entre a violência sofrida e praticada por jovens e a condição de vulnerabilidade social em que se encontram. Para Abramovay et al. (2002) a vulnerabilidade pode ser entendida como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos⁴ dos indivíduos ou grupos e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social desses atores (VIGNOLI, 2001; FILGUEIRA, 2001 *apud* ABRAMOVAY et al., 2002). Vale ressaltar que a vulnerabilidade assim compreendida traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revela insuficiente, inadequado ou difícil para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deteriorização das condições de vida de determinados atores sociais (ABRAMOVAY et al., 2002).

⁴ Filgueira (2001; 8) apresenta exemplos destes recursos: capital financeiro, capital humano, experiência de trabalho, nível educacional, composição e recursos familiares, o capital social, a participação em redes e o capital físico.

A partir de dados estatísticos coletados por organismos internacionais⁵ na América Latina e analisados pela UNESCO⁶ pode-se concluir que o acesso negado aos jovens a bens e direitos básicos como saúde, educação, trabalho, cultura e lazer restringe a capacidade de formação, uso e reprodução dos recursos materiais e simbólicos; torna-se fonte de vulnerabilidade, contribuindo para a precária integração dos jovens às estruturas de oportunidades. Nesse sentido, a abordagem da vulnerabilidade social se presta à compreensão da situação de jovens, especialmente os de baixa renda, e de sua relação com a violência.

De acordo com Eva Blay *apud* Levisky (2000 p.38) “o problema da classe social, das desigualdades econômicas e da total ausência de cidadania para os pobres responde pela forma como estes são violentados na sociedade e, dentre eles, muitos reagem com respostas violentas.” Os jovens, por sua vez, são frutos de dinâmicas sociais pautadas por desigualdades de oportunidades, segregações, ausência de formação ética e cultural em valores de solidariedade e de cultura de paz e do distanciamento dos modelos que vinculam esforços a êxitos.

Entretanto, não se pode atribuir a violência à pobreza, estabelecendo aí uma consequência direta, ressalta-se aqui, porém, o fato das desigualdades sociais e negação de direitos fundamentais (moradia, transporte, saúde, educação, esporte, lazer) desencadearem comportamentos violentos. Segundo Pinheiro (1996) citado em Abramovay (2000, p.23):

“haveria uma violência de *caráter endêmico* relacionada a assimetrias sociais que se traduzem em autoritarismos de várias ordens como: (...) impunidade, corrupção; abusos de forças policiais, principalmente contra os pobres e os não-brancos; as violações dos direitos das pessoas presas-pobres; discriminação racial.”

Apesar da violência não estar limitada a estratos sociais, econômicos, raciais ou geográficos, levantamentos estatísticos demonstram que ela atinge com maior intensidade a grupos específicos, como por exemplo, jovens do sexo masculino.

⁵ UNESCO, UNAIDS, CEPAL, CELADE, OMS E OPS.

⁶ A análise completa dos dados encontra-se refletida na publicação Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

Uma das explicações desta incidência estaria associada à questão da vulnerabilidade social.

Retomando as palavras sobre violência e crime proferidas pelo Prof. Evaristo de Moraes durante o *Fórum Nacional de Violência* promovido pela Academia Nacional de Medicina em 1986 citado em Levisky (2000, p.45) nos leva a refletir: “Toda estrutura social se coloca por meio de dois pilares: as metas a serem alcançadas e os instrumentos legítimos para alcançá-las.” Este instrumento legítimo é o trabalho. Num país onde as condições de acesso a tal bem são tão desiguais, ou até mesmo subtraídas de determinada parcela da população, assistimos a busca de soluções através da violência e do crime.

Os jovens sofrem os efeitos do déficit entre o sistema educacional e as novas imposições do mercado de trabalho. Fato este que promove a baixa auto-estima e ausência de perspectivas de futuro os compelindo a lidar com as consequências de uma inserção precária neste mercado ou a se deparar com o desemprego. As dificuldades econômicas advindas como resultados deste processo geram um clima de instabilidade que pressiona jovens e, algumas vezes, crianças a buscarem formas de contribuir na subsistência da família, acarretando uma inserção prematura no mercado de trabalho (informal, na maioria das vezes) ou busca de outras formas de ganho financeiro.

Peralva (2000) *apud* Abramovay (2000, p.25) considera novas configurações que singularizam um cenário que potencializaria violências nos centros urbanos na virada do século como: 1) aumento do acesso às armas; 2) a juvenilização da criminalidade; 3) a maior visibilidade e também a reação da violência policial, em especial contra jovens em bairros periféricos; 4) a ampliação do mercado das drogas e o poder de fogo do crime organizado, principalmente do narcotráfico, em diversos centros urbanos; 5) a cultura individualista e por consumo – individualismo de massa – que derivaria em expectativas não satisfeitas potencializando violências.

A combinação destes fatores tem colocado os jovens à margem da participação democrática. Em decorrência, muitos ficam relegados às influências advindas da

convivência nas ruas com outros que sofrem das mesmas carências quando não são atraídos pelo mundo do crime e das drogas, inclusive por símbolos e práticas autoritárias de imposição de poder. De acordo com Aberastury (1992) citado em Levisky (2000, p.50) “o adolescente, cujo destino é a busca de ideais e de figuras ideais para identificar-se, se depara com a violência e o poder e também os usa.”

A violência juvenil, nesse contexto, tem emergido *sob* diversas lógicas. Se por um lado, tem representado uma forma de os jovens romperem com a invisibilidade e mostrarem-se capazes de influir nos processos sociais, por outro a ausência de um Estado atuante e preocupado com o bem-estar e qualidade de vida da população é substituído por formas de governabilidade negativa, como o tráfico de drogas.

Segundo Levisky (2000) os adolescentes por suas características biopsicossociais, tendem, naturalmente, a partir para a ação, com maior tendência a descarregar seus impulsos agressivos e sexuais diretamente. Através de vias de expressão rápidas buscam a satisfação imediata de seus desejos, sem passar pelos critérios de avaliação, simbolização e linguagem, frequentemente pensando depois da ação ter sido realizada.

Zaluar (2002) destaca que apesar da enorme desigualdade existente no país, são poucos os jovens que se enveredam pela carreira criminosa. Isso exige que tenham um atendimento especial que considere o contexto social mais próximo de suas ações, tendo eles maior ou menor controle sobre estas. Segundo a autora, tal fato leva a um ponto crucial de discussão. Não se trata de optar pelos preceitos definidos pelo neoliberalismo, onde as escolhas ocorrem num ambiente independente de restrições sociais e de hábitos e aspirações exteriores aos indivíduos. Trata-se de tornar complexa a análise dos contextos sociais mais amplos e mais locais para entendermos os motivos pelos quais, cada vez um número maior de jovens (de todos os estratos sociais) comete crimes, o que nem significa a adoção de uma carreira criminosa, e por que alguns deles passam a exercer um poder paramilitar nas comunidades onde as instituições responsáveis pela implementação da lei estão ausentes, ou são ineficientes ou tornaram-se coniventes com a criminalidade.

A vulnerabilidade social a qual estão expostos homens jovens e pobres resulta de um sistema escolar ineficaz, da ausência de capacitação profissional e da insuficiência dos postos de trabalho. Tais fatores aproxima-os das “soluções” ofertadas pelo crime-negócio⁷. Além disso, boa parte das famílias encontram-se despreparadas ou são *“incapazes de lidar com os conflitos surgidos na vida urbana mais multifacetada e imprevisível”* (Zaluar, 2007).

Ainda segundo Zaluar (2007) as armas trazem proteção e num país onde o dinheiro é capaz de garantir a impunidade, jovens imersos nesta estratégia de sobrevivência, logicamente, são impulsionados a cometerem cada vez mais crimes a fim de obter dinheiro e armas. Assim, conseguem o respeito da quadrilha e usufruem da sua proteção, já que estas fornecem segurança suplementar a seus integrantes.

O sentimento de masculinidade é concebido nas relações de exibição de força, poder, dinheiro e armas de fogo, expressos especialmente na capacidade e disposição em destruir o adversário (Zaluar, 2007).

Deste modo, adolescentes e jovens encontram nas turmas, gangues ou organizações criminosas uma forma de amenizar os efeitos da exclusão social, muitas vezes, pondo fim à invisibilidade social a qual são submetidos. Além de desenvolverem uma identidade individual e grupal são beneficiados pela proteção, reconhecimento, dinheiro e prestígio oferecidos por tais organizações.

“Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível. (...) há muitos modos de ser invisível e várias razões para sê-lo. No caso desse nosso personagem, a invisibilidade decorre principalmente do preconceito e da indiferença. Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. (...) O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos. Quem está ali não é o Pedro, o Roberto ou a Maria, com suas respectivas idades e histórias de vida, seus defeitos e qualidades, suas emoções e medos, suas ambições e desejos. Quem está ali é o “moleque perigoso” ou a “guria perdida”, cujo comportamento passa a ser previsível. (...) Prever o seu comportamento estimula e justifica a

⁷ Crime-negócio é uma expressão utilizada por Alba Zaluar para denominar o lucrativo negócio que envolve ações ilegais e criminosas cujos principais setores são o tráfico de drogas e armas, aliados ao contrabando e lavagem de dinheiro.

adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente. (...) Os cientistas sociais diriam que este é um caso típico de “profecia que se autocumpre”. (Athayde; Bill; Soares, 2005, p.175)

3. TEORIAS SOCIOLÓGICAS DA CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

Diferentes teorias sociológicas buscam esclarecer as razões que levam indivíduos a transgredir leis, cometendo crimes. Por meio da abordagem sociológica do crime e da violência são propostas explicações para o comportamento desviante, baseadas nas relações estabelecidas em sociedade e tendo como referência, em sua maioria, a chamada delinquência juvenil⁸.

Destas, algumas postulam interpretações macro-estruturais para o crime, ou seja, suas explicações para a origem do crime se fundamentam no contexto social, relacionando a concentração de eventos criminosos a características de determinadas regiões, localidades ou grupos - exemplificadas através das teorias da Anomia Social e a Normalidade do Crime (Durkeim, 1995); Desorganização Social (Shaw e McKay, 1942; Sampson e Groves, 1989); Anomia (Merton, 1968); Subcultura (Wolfgang e Ferracuti, 1970) e a Criminologia Crítica (Young, 1980)⁹.

Em contraposição, se apresentam as abordagens micro-estruturais que propõem interpretações individuais ou segundo MOLINA (2007) psicossociológicas, para as quais o crime é uma função das interações psicossociais do indivíduo e dos diversos processos da sociedade. Tendo como principais representantes: a teoria da Aprendizagem Social - Social Learning - (Sutherland, 1939; Cloward e Ohlin, 1970), a Teoria das Oportunidades (Wilson, J. Q. 1985); Escolha Racional (Wilson, 1985); Controle Social (Hirschi, 1969) e o Labelling Approach ou Rotulagem - Interacionismo Simbólico e Construtivismo Social.

Desta forma, podemos agrupar as diferentes abordagens sociológicas sobre o crime em dois grandes programas de pesquisa: teorias macro-estruturais ou estruturalistas e teorias micro-estruturais ou individualistas. As teorias que se agrupam no programa de pesquisa macro-estrutural buscam analisar fatores que explicam a diferença entre taxas de criminalidade de diferentes localidades, populações ou

⁸ Na sociologia, o termo “delinquência juvenil” é frequentemente utilizado para se referir à prática infracional.

⁹ RODRIGUES, Corine Davis. Apostila do Curso Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. Disciplina: Sociologia da Violência e Criminalidade. Belo Horizonte: UFMG, 2º semestre de 2009.

grupos. Por outro lado, teorias que se enquadram dentro da linha adotada pelo segundo programa de pesquisa (teorias individuais), procuram responder à questão de por que, ainda que inseridos no mesmo contexto sócio-econômico-ambiental, alguns indivíduos cometem crimes e outros não.

As teorias individualistas (teoria da “Associação Diferencial - Aprendizado Social”, teoria do “Controle Social” e a teoria do “Autocontrole”) partem do pressuposto fundamental de que a explicação para a prática de crimes deve ser conduzida pela análise de fatores cognitivos, psicossociais, motivacionais e interpessoais que interferem na conformação do comportamento individual. Ainda que haja variações entre as teorias individualistas quanto ao poder explicativo (alcance e limites) entre fatores psicossociais, interpessoais e relacionais para explicar a manifestação de comportamento desviante, há uma perspectiva que perpassa as diversas abordagens: a crença fundamental de que as causas do crime devem ser investigadas nas estruturas simbólicas que permeiam as relações dos indivíduos entre si e com a estrutura social. Dentro desse programa de pesquisa das teorias individualistas, vamos analisar neste trabalho a teoria do “Controle Social”.

3.1 A Teoria do Controle Social

A teoria do Controle Social tenta identificar a influência que fatores sociais, psicossociais, interpessoais e relacionais exercem na conformação do comportamento delinqüente individual (forma de trabalho que a insere dentro do programa de pesquisa das teorias individualistas). No entanto, cabe observar que a Teoria do Controle Social trabalha de maneira inversa à maioria das teorias sociológicas do crime: ao invés de se perguntar por que as pessoas cometem crimes, a teoria do Controle Social questiona por que as pessoas não cometem crimes (questão que ela compartilha com outros estudos também inseridos no programa de pesquisa das teorias individualistas). Nesse sentido, a explicação que a teoria do controle oferece a essa pergunta é a de que o crime ocorre quando os indivíduos não se encontram devidamente controlados, seja por instâncias estruturais ou psicossociais, externas ou internas, sociais ou individuais (HIRSCHI, 1969 apud AKERS, 2000).

Assim, a teoria selecionada para fundamentar este trabalho foi a Teoria do Controle Social formulada pelo sociólogo americano Travis Hirschi em 1969. Na proposição teórica mais específica da teoria do Controle Social o argumento central é que o crime ocorre quando os laços sociais que os indivíduos mantêm com a sociedade se encontram enfraquecidos ou mesmo rompidos. Conseqüentemente, o que explicaria a maior ou menor manifestação de comportamentos delinqüentes seriam as variações apresentadas pela condição desses tipos de controle e não as variações motivacionais (HIRSCHI, 1969 *apud* AKERS, 2000). O foco de análise da teoria dos Laços Sociais, portanto, é direcionado para os mecanismos de controle social que atuam sobre o comportamento dos indivíduos.

Para entender a criminalidade, o autor enfocou no papel dos laços sociais para fins da determinação do comportamento desviante. A proposição geral desta teoria é de que quanto mais fortes forem os laços entre um indivíduo e seus familiares, escola, igreja, clube, colegas de profissão, etc., maior a probabilidade de seu comportamento ser controlado ou direcionado a um comportamento conformista, convencional. Dentro dessa perspectiva, o comportamento delinqüente seria resultante da quebra ou enfraquecimento dos laços sociais do indivíduo.

Assim, são quatro os elementos principais que constituem os laços sociais:

1. Afeição (*attachment to others*);
2. Compromisso (*commitment*);
3. Envolvimento (*involvement*);
4. Crença (*belief*).

A afeição representa a ligação e a consideração em relação a outras pessoas. Na medida em que há uma identificação e admiração com pessoas importantes para o convívio, sejam eles pais, irmãos, tios, avós, professores ou líderes religiosos, existe uma preocupação com a opinião e expectativas destes. Desta forma, qualquer atitude que possa abalar ou desapontar esta(s) pessoa(s) gera desconforto ou constrangimento para o indivíduo. Ao contrário, quando esta ligação ou afeição está enfraquecida ou até mesmo não existe, o sentimento de constrangimento diante da

violação das normas é menor, aumentando assim a probabilidade da adoção ou manutenção do comportamento desviante.

O compromisso diz respeito ao grau com que os indivíduos se identificam e se comprometem com valores convencionais. Através da participação em atividades escolares, trabalho, grupos sociais ou religiosos, o indivíduo mantém um comportamento convencional, desenvolvendo uma reputação positiva. O envolvimento em atividades criminosas prejudicaria o seu investimento, colocando em risco benefícios que foram alcançados durante uma vida (relação custo-benefício). Assim, o custo da perda de um investimento conformista funcionaria preventivamente para a ocorrência de comportamentos desviantes.

O envolvimento está relacionado ao grau de participação e envolvimento em atividades sociais convencionais. O engajamento em atividades convencionais como escola, trabalho, cursos, esporte, artes, absorve o indivíduo impedindo-lhe ou contribuindo para que se mantenha afastado das atividades delituosas.

A crença significa a convicção do indivíduo em valores convencionais. Quanto maior for a crença de uma pessoa nas normas convencionais, maior será o seu conformismo e obediência, evitando que cometa atos que violem as leis e regras estabelecidas socialmente.

A teoria propõe que, através da mensuração dessas quatro dimensões, é possível dimensionar a intensidade dos laços sociais mantidos entre indivíduo e sociedade e, conseqüentemente, aferir a propensão que as pessoas têm de se envolver em comportamento delinqüente. Quanto mais intensa for a manifestação dessas quatro dimensões nas relações que os indivíduos mantêm com as instituições sociais (família, pais, amigos, escolas, professores, igrejas, etc), mais intensos serão os laços sociais e menores serão as chances de manifestação de comportamento delinqüente (HIRSCHI, 1969 *apud* AKERS, 2000).

As investigações sobre a evidência empírica da teoria do Controle Social são conduzidas em três frentes institucionais: (1) laços dos indivíduos com religião, (2)

laços dos indivíduos com a família e (3) laços dos indivíduos com a escola. Dentro da análise sobre as relações entre indivíduos e instituições sociais, pesquisadores se encarregam de mensurar a intensidade dos laços estabelecidos entre uma instância e outra, através das quatro dimensões observadas anteriormente (AKERS, 2000).

3.2 A Teoria do Controle Social e a Criminalidade Juvenil

Relacionando os pressupostos teóricos definidos por Hirschi à criminalidade juvenil pode-se considerar a importância das instituições sociais na prevenção aos comportamentos infracionais. Dentre elas, mais do que a escola, ou qualquer outra instituição social, a família figura como a principal responsável pela transmissão social de valores, promovendo em crianças e adolescentes o desenvolvimento de capacidades morais e cognitivas. “A família é a primeira, a menor e a mais importante escola.” (LEVISKY, 2000 p.29).

O constante processo de transformação social e tecnológica a qual a sociedade encontra-se submetida traz conseqüências para as interações sociais dos indivíduos, especialmente de crianças e adolescentes. Nas últimas décadas, as novas organizações familiares e suas necessidades suscitam situações propícias para o comportamento desviante. As conseqüências da emancipação feminina, a formação de famílias monoparentais, as exigências do mercado de trabalho e os apelos de uma sociedade de consumo, enfim, todos estes fatores podem contribuir para a redução da qualidade e ocorrência do vínculo estabelecido entre pais e filhos. Evitando generalizações, já que o comportamento criminoso se trata da exceção e não da regra, nestas situações onde os pais passam grande parte do tempo longe dos filhos, pode se manifestar a ocorrência do prejuízo no exercício efetivo do papel de educador e responsável por acompanhar o desenvolvimento das crianças e adolescentes, interferindo na capacidade de controle exercido pelos pais.

Segundo Torisu (2008), para a Teoria do Controle Social, o que faz com que alguns indivíduos cometam ações desviantes é o fato desses não possuírem auto-controle devido a alguma deficiência em seu processo de socialização durante a infância. A

ação delinqüente pode ser considerada uma conseqüência de uma conduta educacional ineficaz dos pais, que não foram firmes o suficiente ao impor limites em relação às más condutas. Conseqüentemente, o indivíduo passa a agir de acordo com seus próprios interesses, não levando em conta ou desconsiderando as conseqüências de seus atos sobre terceiros ou situações futuras.

Para crianças e adolescentes a participação em atividades através da inserção em grupos, programas ou entidades é fundamental para o desenvolvimento adequado e sadio, tanto físico, mental quanto cognitivo. A vinculação em atividades escolares, profissionalizantes, religiosas, artísticas, culturais, esportivas ou de lazer, além de proporcionar o desenvolvimento de habilidades intelectuais e motoras, estimula crianças e adolescentes a aprimorar sua capacidade de comunicação e socialização. Os benefícios alcançados não se restringem à saúde e bem-estar. Estes momentos proporcionam o aprendizado e assimilação de valores e hábitos que podem atuar preventivamente ao envolvimento com a prática infracional. O tempo dispensado à realização de tais atividades ou a participação em grupos ou programas pode impedir que adolescentes e jovens estejam susceptíveis às atividades ilícitas. Parte-se do princípio, é claro, de que nestes locais não lhes sejam proporcionadas oportunidades de contato com tais práticas ou estas ocorram em menor intensidade.

Na medida em que se integram e se envolvem com as atividades ou grupos passam a absorver os conhecimentos transmitidos, podendo despertar no adolescente o sentimento de pertencimento. Esse pertencimento pode ser responsável por desencadear o compromisso do adolescente e a crença nos valores e conhecimentos praticados por aquele grupo ou pertencente à determinada atividade.

Baseado nos pressupostos propostos por Hirschi através da Teoria do Controle Social a vinculação social de crianças e adolescentes pode neutralizar o potencial delitivo por meio da adoção de condutas conformistas. Ao contrário, quando fracassam tais mecanismos de controle, há um processo de desenvolvimento de uma identidade não conformista que se traduz em comportamentos desviantes e no aumento da criminalidade juvenil (MOLINA, 2007).

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 A seleção da amostra

A proposta inicial do projeto incluía a coleta de dados realizada através de pesquisa de campo quantitativa e qualitativa viabilizada pela auto-aplicação de questionários junto aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. A amostra seria composta pelo universo de adolescentes do sexo masculino, autores de ato infracional, com idade entre 18 e 21 anos de idade, que estivessem internados em uma das unidades da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE / SEDS). A unidade selecionada foi o Centro Socioeducativo Santa Clara (CSESC) por se tratar de unidade destinada ao cumprimento da medida socioeducativa de internação para adolescentes do sexo masculino situada em Belo Horizonte. A pesquisa seria realizada nos dias e horários estabelecidos pela Unidade Socioeducativa a fim de evitar o prejuízo das atividades rotineiras do Centro.

Os adolescentes que atendessem ao critério da idade (já tivessem completado 18 anos) seriam reunidos em grupos para que a pesquisadora pudesse apresentar-lhes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e prestar-lhes esclarecimentos sobre o estudo, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Saúde. Somente aos adolescentes que concordassem participar da pesquisa e assinassem o TCLE seriam entregues os questionários para preenchimento.

Com este fim, o projeto de execução da pesquisa de campo anexo à documentação exigida foi entregue à SUASE através da Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa, responsável pela análise dos projetos de pesquisa e emissão de pareceres, autorizando ou não a realização de estudos no âmbito da subsecretaria.

O projeto foi analisado e aprovado pela SUASE, mas para que fosse autorizada a entrada no Centro Socioeducativo a fim de aplicar os questionários junto aos adolescentes era necessário cumprir outra etapa burocrática: recolher nova documentação e submeter o projeto à análise do Comitê de Ética e Pesquisa

(COEP/UFMG). Tais análises requerem tempo, exigido pelas instituições responsáveis, e muitas vezes se tornam incompatíveis com os prazos destinados à execução de uma monografia.

Deste modo, a proposta de realização da pesquisa de campo foi abandonada em face ao risco do não cumprimento do prazo estabelecido para conclusão e entrega do trabalho final. Como o projeto já havia sido aprovado pela SUASE foi solicitado o acesso a base de dados referente ao atendimento prestado nas unidades socioeducativas do estado de Minas Gerais.

Tendo em vista as especificidades teóricas relacionadas a este estudo a SUASE disponibilizou os bancos de dados das unidades socioeducativas para que a pesquisadora pudesse analisar e selecionar os dados que mantivessem alguma relação com a teoria sociológica da criminalidade selecionada. Os dados escolhidos se referem a 1.544 questionários aplicados a adolescentes e jovens que foram atendidos no CIA/BH – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte – no período de janeiro a junho de 2010.

4.1.1 CIA/BH: Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte

O Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional – CIA/BH – foi criado por meio da Resolução Conjunta nº 68, datada de 02 de setembro de 2008, reunindo num mesmo espaço físico uma equipe interinstitucional, composta por Juízes de Direito, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Delegados de Polícia, Polícia Militar e funcionários da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas.

A implementação do CIA/BH teve como objetivo agilizar e dar maior efetividade à jurisdição penal juvenil, tanto na área da apuração da prática de atos infracionais, quanto na aplicação e execução das medidas socioeducativas, através da integração operacional das instituições públicas que compõem o Sistema de Justiça Juvenil. Destaca-se a celeridade do atendimento, favorecido pela estruturação física

e pela consciente e prevalente doutrina da proteção integral e da garantia de direitos, que informa a prática cotidiana dos vários operadores do Sistema de Justiça que atuam no CIA (TJMG, 2009).

O CIA/BH atende ao comando constitucional da prioridade absoluta da criança e do adolescente, através de um sistema integrado para atendimento dos adolescentes a quem se atribua a autoria de atos infracionais, cuja previsão legal encontra-se esculpida no artigo 88, inciso V, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069, de 13 de junho de 1990).

No primeiro ano (2009) de funcionamento do CIA/BH, foram atendidos 9.636 adolescentes (considerando os reincidentes), numa média de 803 adolescentes por mês. Os dados revelam que a maioria deles tem idade entre 15 e 17 anos e em relação ao gênero, 87% são do sexo masculino e 13% do feminino.

Assim, o trabalho integrado desses órgãos permite maior agilidade à apuração da prática de atos infracionais, aplicação e execução de medidas socioeducativas, além de garantir a responsabilização imediata dos adolescentes, reinseri-los ao convívio familiar e social, prevenir a reiteração e contribuir para a diminuição dos índices de criminalidade na capital¹⁰.

4.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio da utilização de dados secundários. Os dados secundários são aqueles que se encontram à disposição do pesquisador, em bases de dados, prontuários, boletins, inquéritos, dentre outros. Para Marconi e Lakatos (2000) “as fontes secundárias possibilitam a resolução de problemas já

¹⁰ <http://minasempauta4.wordpress.com/2010/02/10/governo-aecio-centro-integrado-de-atendimento-ao-adolescente-de-belo-horizonte-completa-um-ano-ajuda-reduzir-indices-de-criminalidade-em-belo-horizonte/>.

conhecidos e permite explorar outras áreas onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente¹¹.”

A SUASE forneceu parte do banco de dados, em forma de planilha Excel, contendo informações relacionadas aos adolescentes apreendidos em flagrante, que deram entrada no CIA/BH no período de janeiro a junho de 2010. Inicialmente, o banco de dados é alimentado com informações que fornecem uma caracterização do perfil do adolescente com variáveis do tipo nome, sexo, idade, escolaridade, filiação, bairro de residência. Os adolescentes que ficam aguardando audiência no prédio do CIA/BH, respondem a um questionário mais extenso e as informações são inseridas neste banco, como: raça/cor, estado civil, filhos, posse de documentos diversos, tipo de moradia, renda familiar, participação em programas do governo, uso de drogas, dentre outras. As informações preliminares como nome do adolescente, naturalidade, nascimento, sexo, idade, data de entrada, ato infracional, encaminhamento, data de saída, escolaridade, filiação, bairro de residência e bairro do cometimento do ato, são coletadas pela DOPCAD e inseridas no banco de dados pela SUASE. As informações referentes aos dados sócio-econômicos como raça/cor, estado civil, filhos, posse de documentos diversos, frequência escolar, natureza da escola, situação de trabalho, natureza do trabalho, renda do adolescente, tipo de moradia, propriedade/aluguel da moradia, número de moradores, telefone fixo, rede de esgoto, renda familiar, participações nos programas bolsa família, bolsa escola, pró-jovem, poupança jovem, PETI, Fica Vivo, grupo de jovens, teatro, associação estudantil, dança de rua, além do uso de bebida alcoólica, cigarro, maconha, cocaína, crack, solventes, psicofármacos e tratamento de drogas são coletadas pela SUASE através de questionários aplicados por entrevistadores junto aos adolescentes.

A seleção das variáveis se baseou na premissa de que elas se relacionam com os referenciais teóricos que fundamentam este estudo. Logo, elas foram divididas em dois grupos, sendo que um deles delimita o perfil dos adolescentes analisados e o outro grupo sendo constituído por variáveis que estabelecem uma interface com os

¹¹ http://www.tede.udesc.br/tde_arquivos/13/TDE-2005-05-04T14:48:50Z-15/Publico/Parte%207%20-%20METODOLOGIA%20DA%20PESQUISA.pdf

pressupostos teóricos definidos pela Teoria do Controle Social. As variáveis que compõem o perfil dos adolescentes são: sexo, idade, raça/cor e ato infracional. O outro grupo é composto pelas seguintes variáveis: estado civil, documentação, escolarização, trabalho, participação em atividades ou grupos sociais e uso de drogas.

4.3 Análise dos dados

Diante da impossibilidade de realizar uma pesquisa original (coleta de dados primários) através da aplicação de questionários junto aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, foi realizada uma análise quantitativa do banco de dados da CIA/BH, referente ao período de janeiro a junho de 2010. Neste período foram aplicados 2.547 questionários, sendo considerados, destes, 1.544 para a análise.

4.3.1 Hipóteses da Pesquisa

A fim de responder às perguntas dessa pesquisa a partir dos pressupostos da Teoria do Controle Social abordada no capítulo anterior e dos dados coletados através dos questionários respondidos pelos adolescentes no CIA/BH, no período de janeiro a junho de 2010, busca-se identificar a existência ou não de laços sociais destes adolescentes e jovens diante do envolvimento com a criminalidade, manifestado através do cometimento de ato(s) infracional(is).

Portanto nosso problema teórico e metodológico está vinculado, principalmente, ao teste dos conceitos da teoria do controle social. Assim, as hipóteses deste estudo são de que:

- Adolescentes que cometem atos infracionais possuem laços sociais enfraquecidos.

- Adolescentes autores de ato infracional estão inseridos de maneira insuficiente em agências socializadoras e de controle como: escola, trabalho, família, grupos de teatro, dança, esportes, etc.

4.3.2 Perfil dos adolescentes

Para a delimitação dos sujeitos desta pesquisa foram selecionados dados de variáveis como sexo, idade, raça/cor e ato infracional a fim de se traçar o perfil destes adolescentes.

a) Sexo

Observa-se no Gráfico 1, apresentado abaixo, que a maioria dos adolescentes atendidos no CIA/BH durante o primeiro semestre de 2010 é do sexo masculino, 91%, enquanto apenas 9% são do sexo feminino.

Dados empíricos e a bibliografia relacionada a este tema demonstram que grande parte dos indivíduos que cometem atos infracionais ou crimes é do sexo masculino. Muito embora a participação feminina venha se tornando cada vez mais expressiva. Pinheiro (2010) apresenta no estudo *Subculturas Juvenis: uma breve discussão em torno da participação feminina em gangues ou galeras de Belo Horizonte* dados da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, no ano de 2007, na qual foram registrados 866 atos infracionais praticados por adolescentes do sexo feminino, com idade entre 12 e 17 anos; em 2008 foram 1.001 casos e, em 2009, 1.102 registros; um aumento de 12,7% em três anos. Em relação às jovens com idade entre 18 e 24 anos, os dados apontam um crescimento de 11,3% entre os anos de 2007 e 2009, sendo 2.117 registros em 2007; 2.216 em 2008 e 2.404 em 2009.

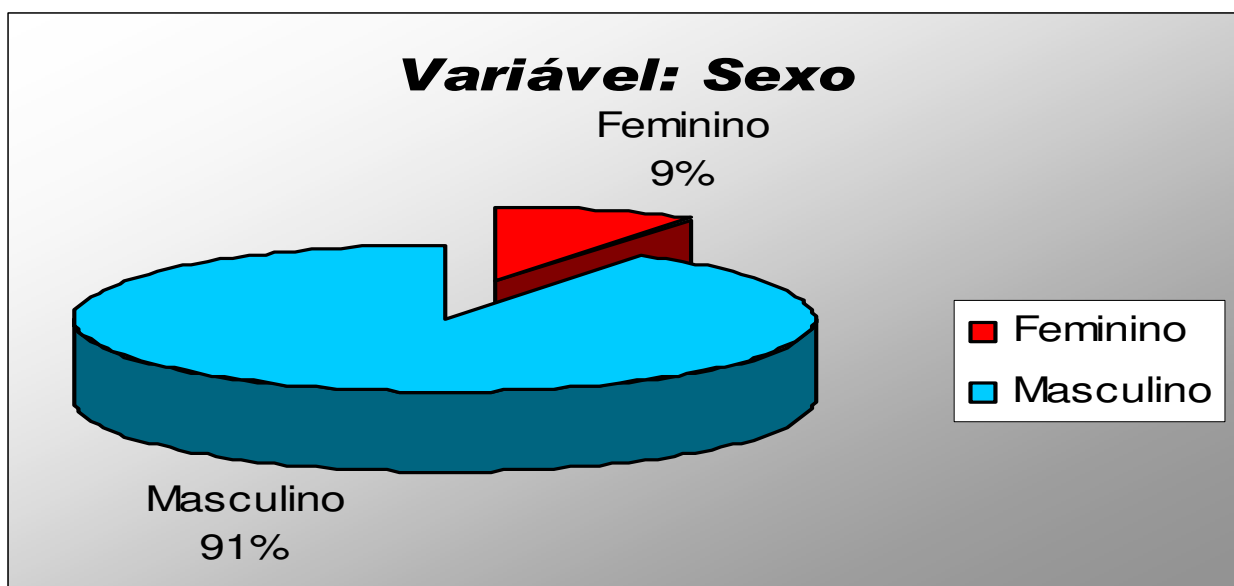


GRÁFICO 1 - Sexo dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010
 Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

b) Idade

No primeiro semestre de 2010, o CIA/BH atendeu adolescentes com idade entre 12 e 20 anos de idade. A faixa etária que concentra maior percentual de adolescentes é de 17 anos (30,6%), seguida por 16 anos (24,7%) e 15 anos (21,8%) que juntas representam 77,1% da amostra, conforme demonstram a Tabela 1 e Gráfico 2.

TABELA 1 – Idade dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010

IDADE	Número	%
12 anos	38	2,5%
13 anos	79	5,1%
14 anos	188	12,2%
15 anos	337	21,8%
16 anos	382	24,7%
17 anos	472	30,6%
18 anos	19	1,2%
19 anos	5	0,3%
20 anos	3	0,2%
Não respondeu	21	1,4%
TOTAL	1544	100%

Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

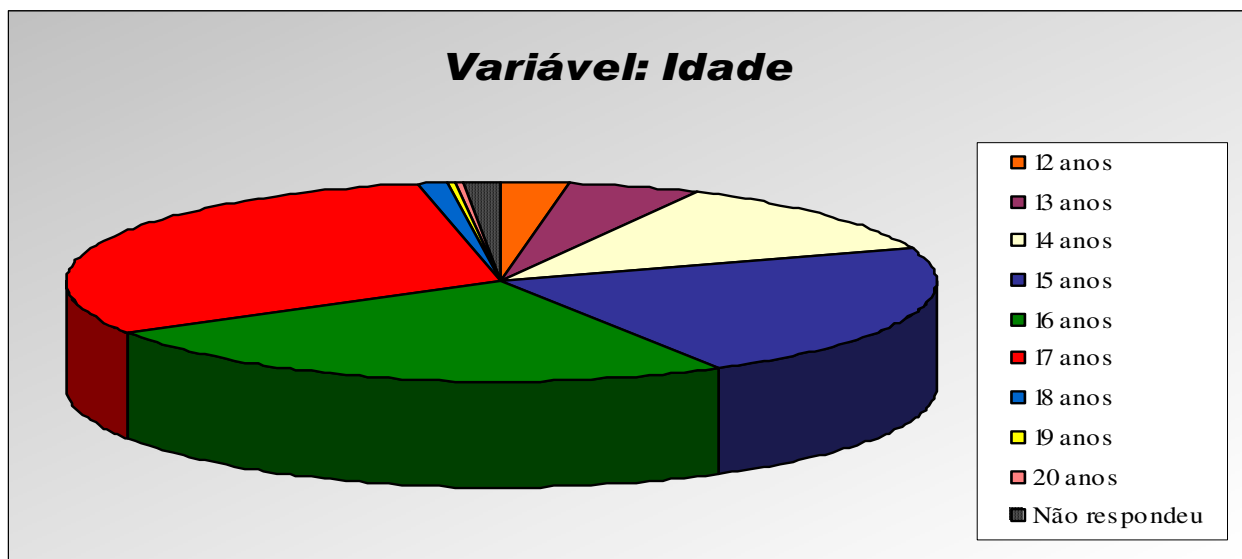


GRÁFICO 2 – Idade dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010

Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

c) Raça/Cor

Quanto à variável raça/cor auto-declarada pelos adolescentes observa-se no Gráfico 3 que a maioria é constituída por não brancos (73,7%), com predominância de pretos e pardos, que totalizam 68,3%.

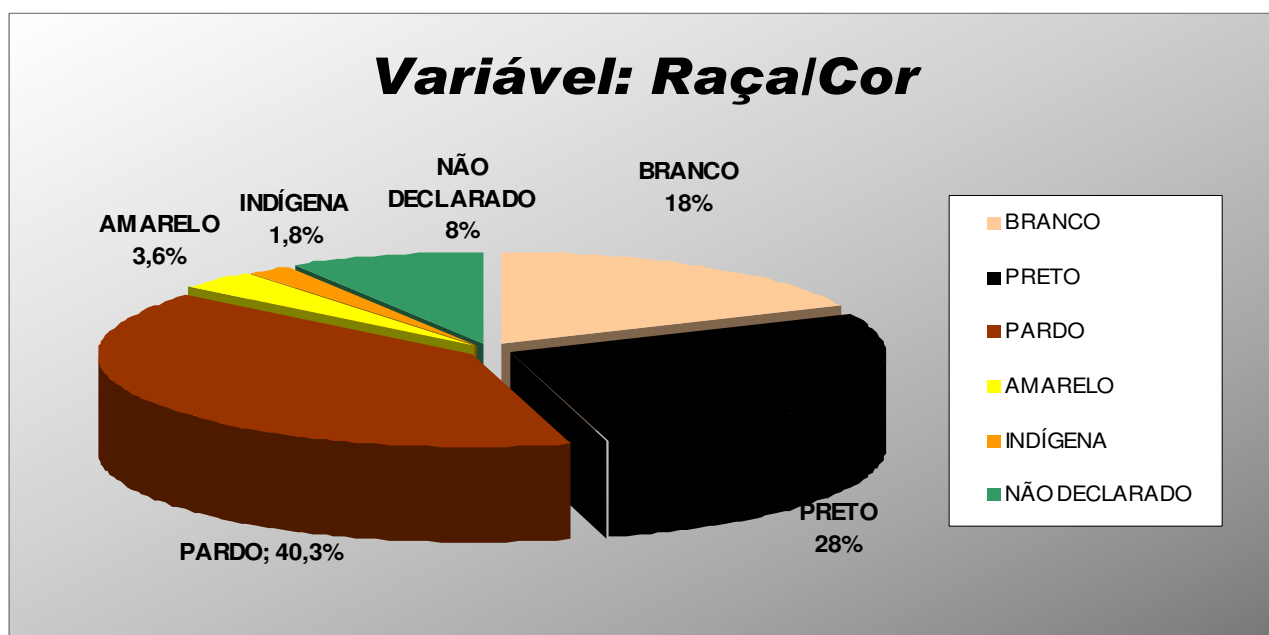


GRÁFICO 3 – Raça/cor auto-declarada pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010

Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

d) Ato infracional

Os atos infracionais praticados pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no período de janeiro a junho de 2010 encontram-se descritos na Tabela 2. Representam 25 tipos de infrações à legislação brasileira (Código Penal Brasileiro, Código de Trânsito Brasileiro e outras leis específicas) e se apresentam em proporções bastante variadas.

TABELA 2 – Atos infracionais praticados pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 (Continua)

	Ato Infracional	Número	%
Art. 12 (Lei 10.826)*	Posse irregular de arma de fogo*	3	0,2
Art. 14 (Lei 10.826) *	Porte ilegal de arma de fogo*	68	4,4
Art. 16 (Lei 10.826)*	Posse ou porte ilegal de arma de fogo*	2	0,1
Art. 19 (LCP)	Porte de arma branca	1	0,1
Art. 21 (LCP)	Praticar vias de fato	1	0,1
Art. 28 (Lei 11.343)**	Posse de drogas para consumo**	168	10,9
Art. 33 (Lei 11.343)**	Tráfico de drogas**	586	38,0
Art. 35 (Lei 11.343)**	Associação para o tráfico de drogas**	4	0,3
Art. 37 (Lei 11.343)**	Colaborar como informante para o tráfico**	1	0,1
Art. 65 (Lei 9.605)	Pichação	2	0,1
Art. 121 (CPB)	Homicídio	13	0,8
Art. 129 (CPB)	Lesão Corporal	43	2,8
Art. 147 (CPB)	Ameaça	43	2,8
Art. 148 (CPB)	Sequestro e cárcere privado	2	0,1
Art. 155 (CPB)	Furto	190	12,3
Art. 157 (CPB)	Roubo	209	13,5
Art. 158 (CPB)	Extorsão	3	0,2
Art. 163 (CPB)	Dano	46	3,0
Art. 171 (CPB)	Estelionato	2	0,1
Art. 180 (CPB)	Receptação	10	0,6
Art. 184 (CPB)	Violação de direito autoral	2	0,1
Art. 213 (CPB)	Estupro	1	0,1
A.t. 309 (CTB)	Dirigir sem habilitação	12	0,8
Art. 330 (CPB)***	Desobediência à ordem de funcionário público***	2	0,1

TABELA 2 – Atos infracionais praticados pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 (Conclusão)

	Ato Infracional	Número	%
Art. 331 (CPB)***	Desacato a funcionário público***	3	0,2
MBA	MBA	84	5,4
Outros	Outros	38	2,5
Termo sem infor.	Termo sem informação	5	0,3
Total		1544	100,0

Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

Legenda:

* posse ou porte ilegal de arma de fogo

** atos relacionados ao tráfico de drogas

*** crimes praticados por particular contra a Administração

Grande parte dos adolescentes, 49,3%, cometeu atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas, dentre eles: posse de drogas para consumo, colaboração como informante, associação para o tráfico e o tráfico de drogas propriamente dito. Em seguida, encontram-se os atos infracionais de furto e roubo, representando 12,3% e 13,5% respectivamente.

Observa-se que os crimes considerados hediondos, segundo disposto na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, representam apenas 1,1% do total. Os crimes hediondos são crimes entendidos como mais graves, mais revoltantes, que causam maior aversão à coletividade, sendo os seguintes: homicídio (0,8%); latrocínio; extorção qualificada pela morte (0,2%); extorção mediante sequestro e na forma qualificada; estupro (0,1%); epidemia com resultado de morte; falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e genocídio.

Variável: Ato infracional

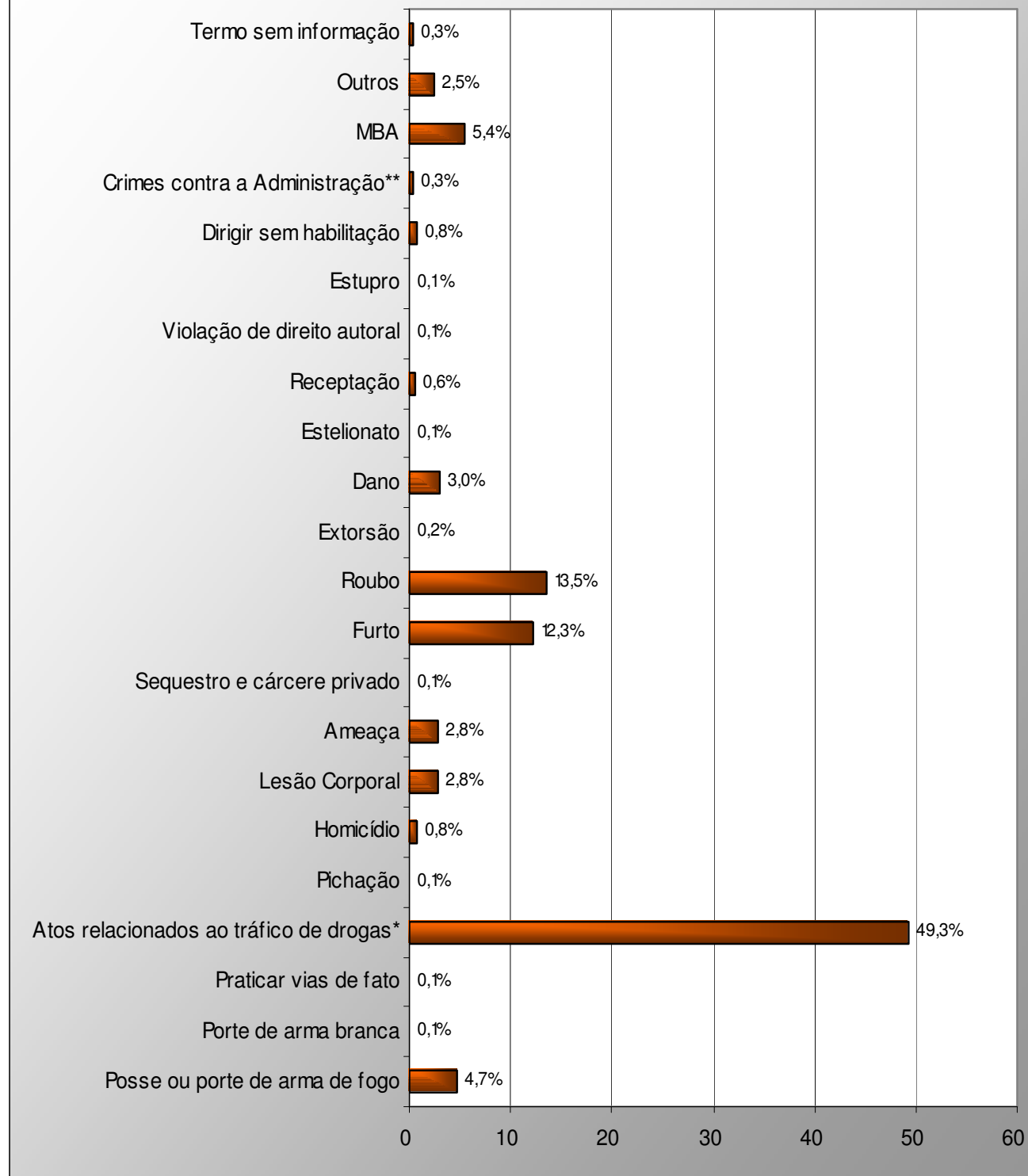


GRÁFICO 4 – Atos infracionais praticados pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010

Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

4.3.3 Análise das variáveis relacionadas à Teoria do Controle Social

Este grupo é formado pelas variáveis que estabelecem correlação com a Teoria do Controle Social e podem ser utilizadas para operacionalizar os princípios teóricos construídos por Hirschi. Desta maneira, estas dizem respeito a algum tipo de vínculo ou laço social que o adolescente estabelece ou deixa de estabelecer com a sociedade. São elas: estado civil, documentação, escolarização, trabalho, participação em atividades / grupos sociais e uso de drogas.

a) Estado Civil

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 5 observa-se que grande parte dos adolescentes é solteiro(a), representando 93% da amostra. Os demais, 7%, são amigos, ou seja, tem companheiro(a), podem até residirem juntos, mas não se constitui uma união formal ou casamento. Foi identificado apenas um caso de união estável, porém tendo em vista o tamanho da amostra, este número não foi representativo.

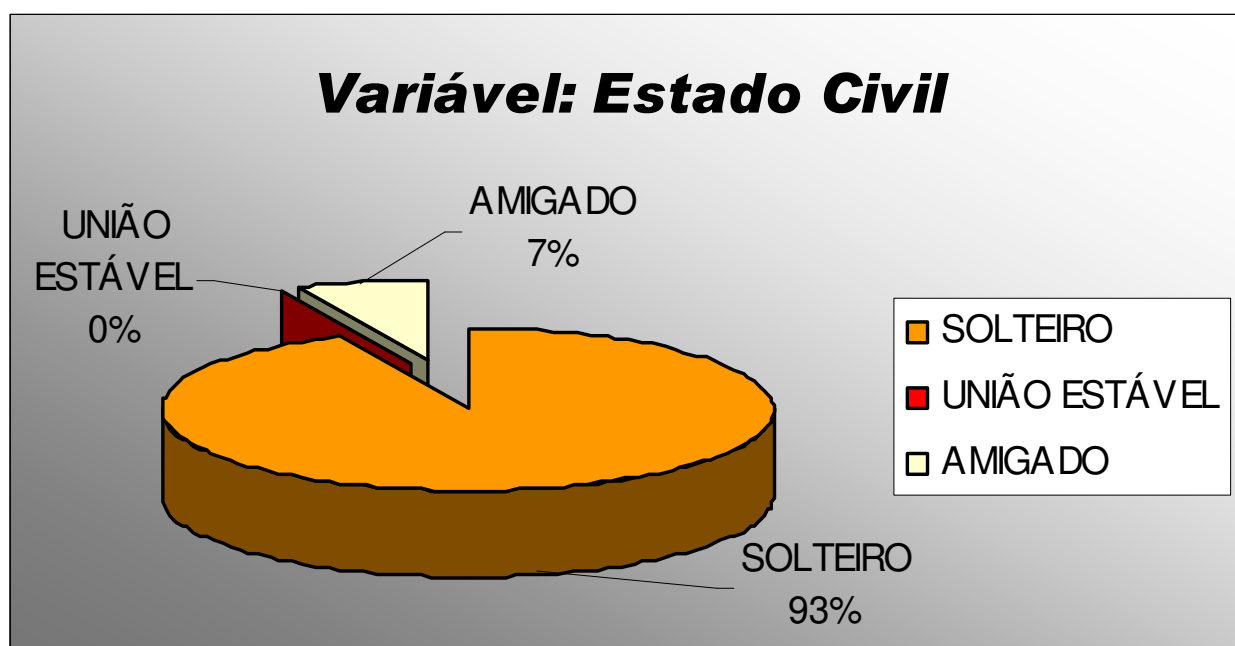


GRÁFICO 5 – Estado civil dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010

Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

O fato do(a) adolescente possuir um companheiro(a) representa um laço social que pode atuar preventivamente frente ao comportamento delituoso, desde que este parceiro(a) não esteja envolvido com o crime.

b) Documentação

A variável documentação registra se os adolescentes atendidos no CIA/BH possuem os documentos oficiais brasileiros: Certidão de Nascimento; Registro Geral (RG); Certificado de Pessoa Física (CPF); Carteira de Trabalho e Título de Eleitor. A documentação inclui indivíduos na condição de cidadãos brasileiros, fazendo com que usufruam de direitos e se responsabilizem por seus deveres, promovendo o exercício da cidadania.

A Certidão de Nascimento é o primeiro documento, emitido gratuitamente logo após o nascimento, necessário para o exercício dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Este documento é exigido para o cadastro em programas sociais, matrícula em escolas, abertura de conta em banco, obtenção de crédito, votação, entre outros. Além disso, a certidão de nascimento pode contribuir para que crianças e adolescentes estejam menos vulneráveis ao trabalho infantil, tráfico de pessoas e exploração sexual. Entretanto, os dados do CIA/BH apontam que nem todos os adolescentes atendidos possuem este documento, 4%, embora a grande maioria, 95,7%, o tenha.

A Carteira de Identidade, documento nacional de identificação civil no Brasil, também é conhecida popularmente por cédula de identidade ou Registro Geral (RG). Dentre os adolescentes atendidos no CIA/BH 56,3% possuem o documento.

O Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) é o registro de um cidadão na Receita Federal brasileira, responsável por armazenar informações fornecidas pelo próprio contribuinte e por outros sistemas da Receita Federal. O porte do cartão não é obrigatório, embora sua apresentação seja exigida em diversas ocasiões, como instrumento auxiliar na autenticação da identidade do indivíduo e necessário para a maior parte das operações financeiras (como abertura de contas em bancos, por

exemplo). Os dados expressos na Tabela 3 revelam que apenas 34,1% dos adolescentes atendidos no CIA/BH possuem CPF.

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é um documento de emissão gratuita a partir dos 14 anos de idade e obrigatório para quem venha a prestar algum tipo de serviço profissional no Brasil. É um dos únicos documentos a reproduzir, esclarecer e comprovar dados sobre a vida funcional do trabalhador, obrigatória para fins de consolidação dos direitos trabalhistas preconizados na legislação brasileira. Apenas 23,1% dos adolescentes possuem a CTPS e como será apresentado a seguir, boa parte dos adolescentes não se encontram inseridos no mercado de trabalho.

O Título de Eleitor é o documento que determina gratuitamente a inscrição do cidadão brasileiro na Justiça Eleitoral do Brasil, tornando-o apto a exercer tanto o eleitorado ativo (votar num candidato), quanto o eleitorado passivo (ser votado como candidato) em eleições municipais, estaduais e federais. O título de eleitor somente pode ser solicitado a partir de 16 anos de idade, portanto uma parte dos adolescentes atendidos no CIA/BH não tem o direito a este, sendo que só se torna obrigatório a partir dos 18 anos de idade. Do total da amostra, 1,7% tem idade igual ou superior a 18 anos, considerando que 7,4% dos adolescentes possui título de eleitor, neste sentido, pode-se sugerir que existe o exercício do direito eleitoral.

Observa-se, contudo, que a medida em que aumenta-se os direitos garantidos legalmente para o exercício da cidadania através da posse de determinada documentação, decresce o número de adolescente que a possui (Tabela 3 e Gráfico 6). Se existem adolescentes com idade igual ou superior a 12 anos que ainda não possuem Certidão de Nascimento, documento este que registra a existência de uma pessoa e se faz necessária para a emissão dos demais, pode-se explicar ou compreender os dados apresentados abaixo. É importante ressaltar que o SUAS – Sistema Único de Assistência Social – garante a emissão gratuita de documentos para pessoas de baixa renda.

TABELA 3 - Tipo de documentação autodeclarada pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010

Possui documento?	Certidão de Nascimento	RG	CPF	Carteira de Trabalho	Título de Eleitor
Sim	95,7%	56,3%	34,1%	23,1%	7,4%
Não	4,0%	43,3%	65,5%	76,5%	92,1%
Não respondeu	0,3%	0,5%	0,4%	0,4%	0,5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

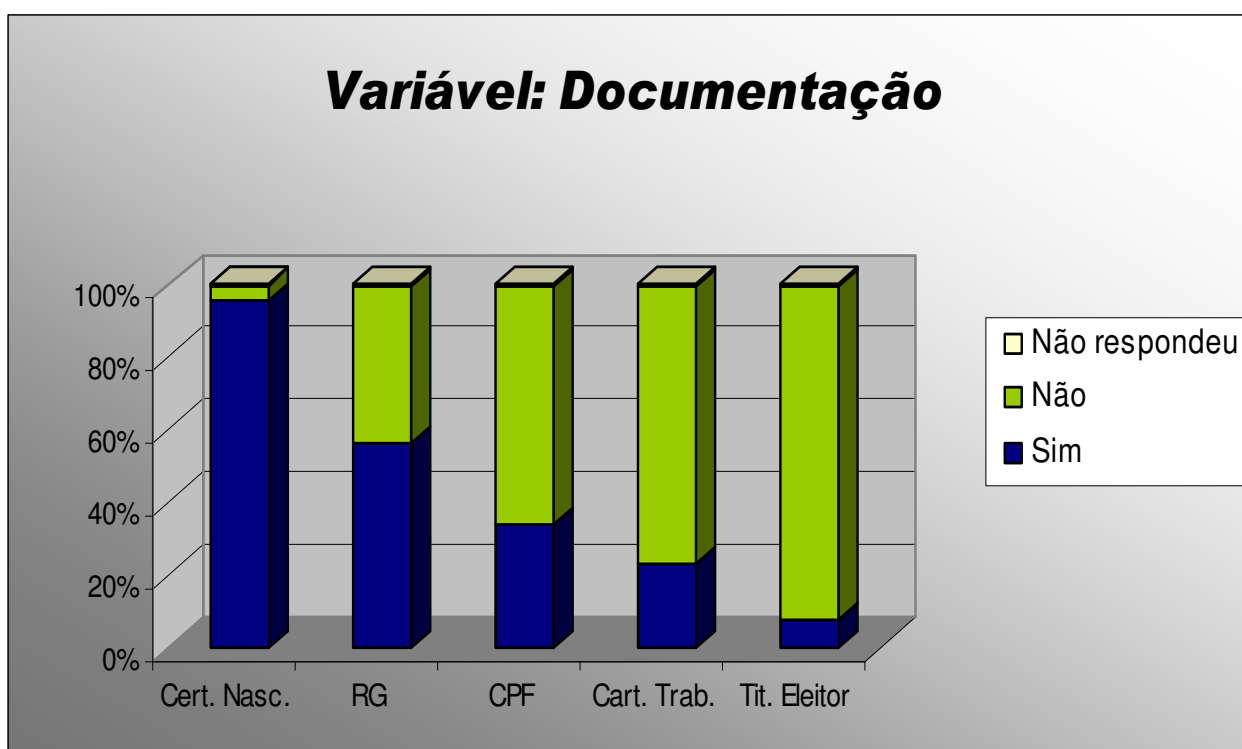


GRÁFICO 6 – Tipo de documentação autodeclarada pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010

Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

c) Escolarização

O vínculo com a escola está presente em mais da metade da amostra, 55,8%, porém devido ao fato desta ser composta por adolescentes e jovens em plena idade escolar, este dado torna-se alarmante: 44,2% dos adolescentes atendidos no CIA/BH encontram-se fora das salas de aula. Ora, a educação é um direito garantido legalmente no Brasil (Art.227 da CF/88 e Art.4º do ECA) e um dever da família, sociedade e Estado garanti-lo à crianças e adolescentes. Além disso, depois da família, a escola representa a principal fonte de transmissão de conhecimentos, hábitos e valores éticos e morais.

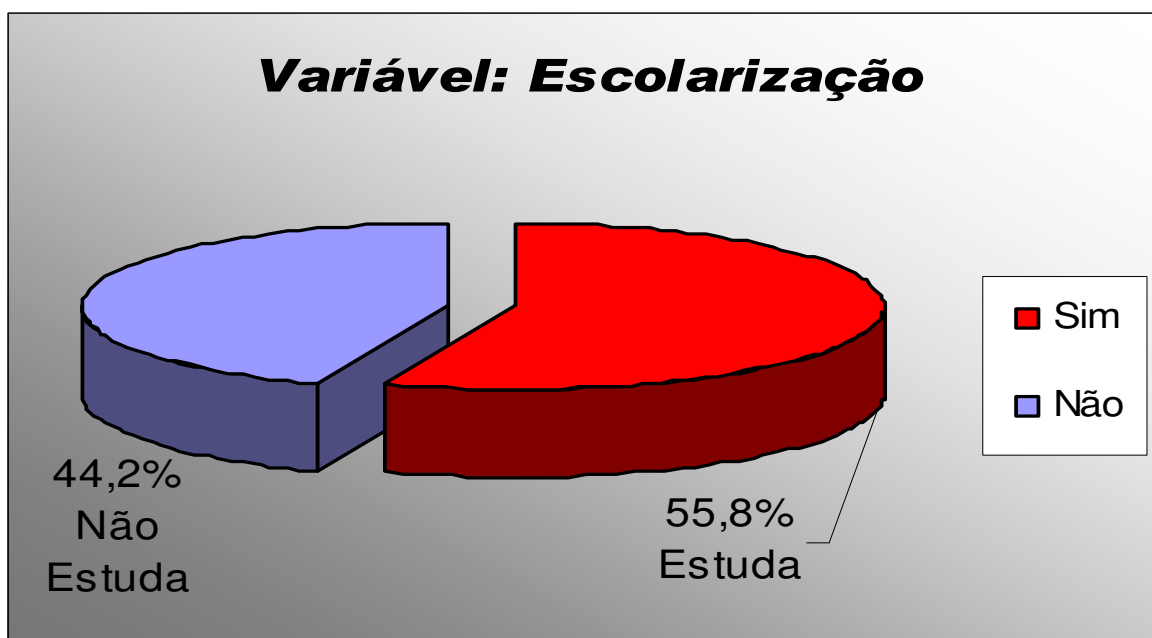


GRÁFICO 7 – Percentual dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 inseridos na escola
Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

Considerando a correspondência entre idade e série escolar e partindo do princípio que aproximadamente 80% da amostra encontra-se na faixa etária de 15 a 17 anos, infere-se que a maioria dos adolescentes deveria estar cursando o Ensino Médio. Em contrapartida, a Tabela 4 e o Gráfico 8 revelam que apenas 12,1% dos adolescente cursam o Ensino Médio, enquanto a maioria expressiva encontra-se no Ensino Fundamental.

Deste modo, identifica-se, contudo, a defasagem escolar presente neste público, revelando o desencontro com as políticas públicas de educação que desmotivam e excluem crianças e adolescentes no Brasil.

TABELA 4 – Série escolar dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010

Série	Número	%
1ª Série - Ensino Fundamental	8	0,5
2ª Série - Ensino Fundamental	21	1,4
3ª Série - Ensino Fundamental	36	2,3
4ª Série - Ensino Fundamental	103	6,7
5ª Série - Ensino Fundamental	370	24,0
6ª Série - Ensino Fundamental	322	20,9
7ª Série - Ensino Fundamental	259	16,8
8ª Série - Ensino Fundamental	229	14,8
9ª Série - Ensino Fundamental	4	0,3
1º ano - Ensino Médio	157	10,2
2º ano - Ensino Médio	20	1,3
3º ano - Ensino Médio	9	0,6
Supletivo	2	0,1
NSA	4	0,3
Total	1544	100,0

Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

Variável: Escolarização

Série Escolar

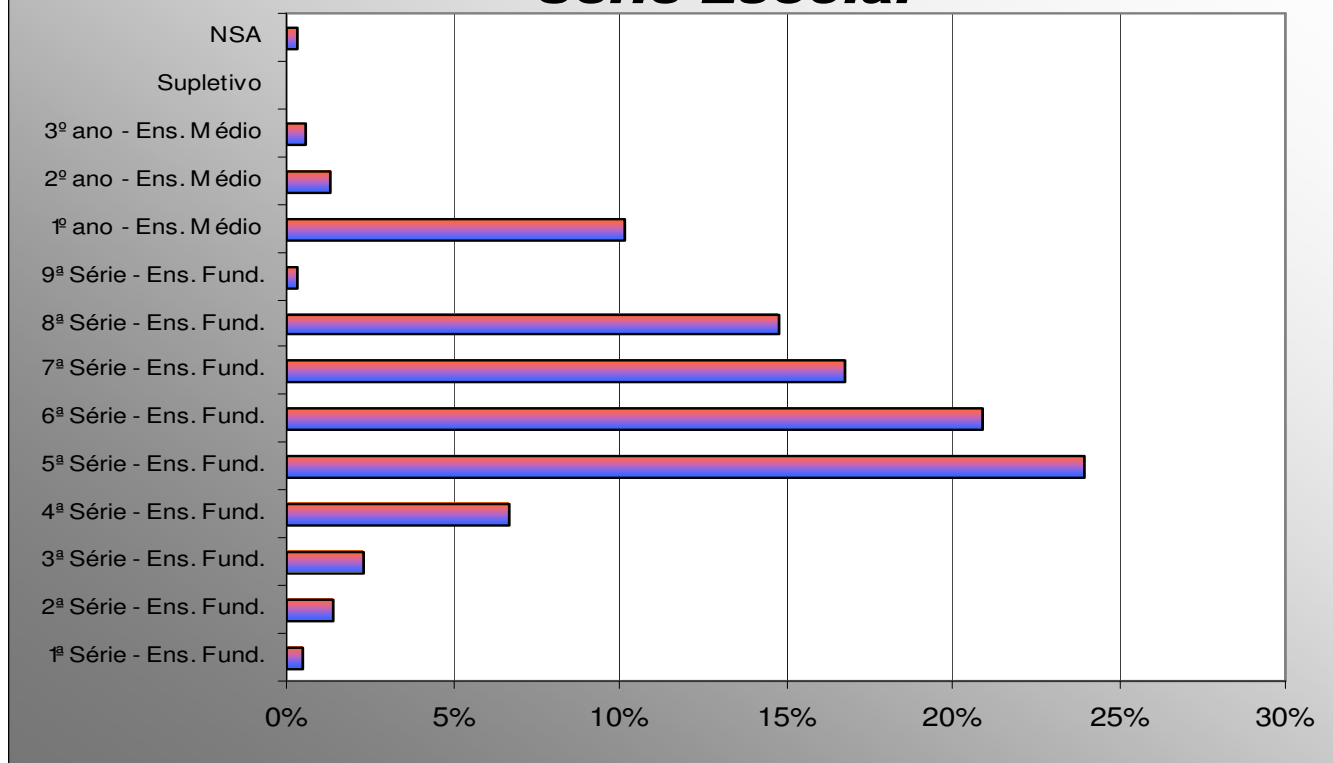


GRÁFICO 8 – Série escolar dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010

Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

d) Trabalho

Boa parte dos adolescentes atendidos no CIA/BH, 81%, não exerce atividades profissionais. Do restante, 19%, que declarou estar trabalhando, a maioria, ou seja, 17% mantêm vínculo informal de trabalho.

Desta forma, a limitada inserção destes adolescentes no mercado de trabalho restringe-lhes o acesso às formas legais de obtenção de recurso financeiro. Ao mesmo tempo, estes mesmos jovens são compelidos a atender os apelos de uma sociedade consumista e de mercado. Assim, os adolescentes seguem em busca de caminhos que possam conduzir para a satisfação de seus desejos. Pode-se sugerir que um destes caminhos seja o ato infracional, tendo em vista que os atos de furto e

roubo juntos respondem por aproximadamente 26% dos atos cometidos pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010.

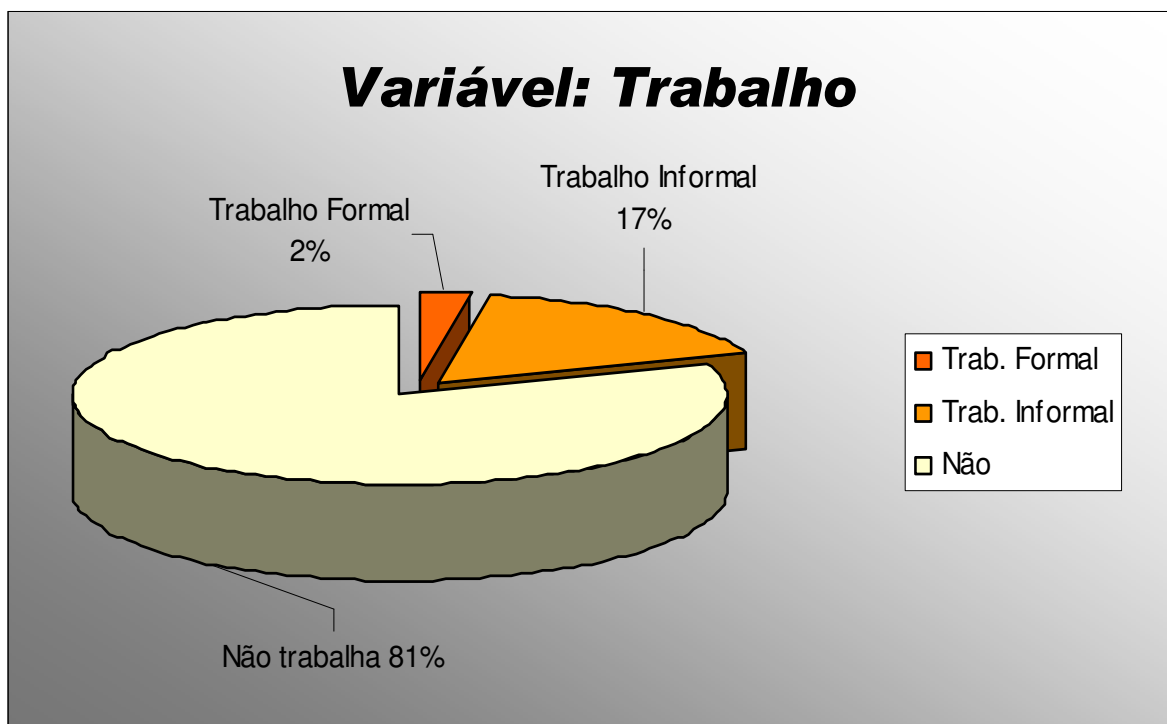


GRÁFICO 9 – Percentual de adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 inseridos no mercado de trabalho
Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

e) Participação em atividades ou grupos sociais

A Tabela 4 e o Gráfico 10 apontam que nas diversas atividades, programas ou grupos sociais citados no questionário, quando analisadas individualmente revelam uma pequena participação por parte dos adolescentes atendidos no CIA/BH. O grupo inclui atividades variadas, voltadas para o público jovem como, por exemplo, o Programa Fica Vivo – projeto de prevenção à criminalidade implantado pelo governo de Minas Gerais em parceria com a comunidade local – na qual 18,8% declararam participar; desenvolvimento de atividades artístico-culturais como banda de música (5,6%), grupo de teatro (5,7%) e grupo de dança de rua (8,7%); bem como participação em grupo de escoteiros (0,8%) e associações de bairro (0,3%) ou estudantil (0,2%).

Pode-se assim destacar os maiores percentuais para Grupos de jovens, que podem ou não estar vinculados à instituições religiosas, com 21,8%, Escola de esportes com a participação de 21,2% dos adolescente entrevistados e o Programa Fica Vivo, que desenvolve atividades diversificadas (teatro, artesanato, esporte, dança, música e grafite) com 18,8% de participação.



GRÁFICO 10 – Percentual de participação dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 em atividades ou grupos sociais
 Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

TABELA 5 – Percentual de participação dos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 em atividades ou grupos sociais

Atividade	Sim	Não	Total
Fica Vivo	18,8%	81,2%	100%
Grupo de jovens	21,8%	78,2%	100%
Banda de música	5,6%	94,4%	100%
Grupo de teatro	5,7%	94,3%	100%
Escola de esportes	21,2%	78,8%	100%
Associação estudantil	0,2%	99,8%	100%
Grupo de escoteiros	0,8%	99,2%	100%
Grupo de dança de rua	8,7%	91,3%	100%
Associação de bairro	0,3%	99,7%	100%
Outra Atividade	6,7%	93,3%	100%

Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

f) Uso de drogas

Esta variável mantém uma associação inversa com a Teoria do Controle Social, ou seja, o envolvimento do adolescente com o uso de drogas reflete que os mecanismos de controle exercidos pelos laços sociais no sentido de prevenir ou afastá-lo de atividades ilícitas não foi efetivo.

O álcool e o cigarro são as duas drogas mais utilizadas pelos adolescentes entrevistados no CIA/BH, representando 72% e 65% respectivamente. Embora sejam drogas lícitas no Brasil, o álcool e o tabaco têm a venda proibida para menores de 18 anos de idade, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 81).

Dentre as drogas ilícitas mais utilizadas pelos adolescentes pode-se destacar a maconha (65%), a cocaína (32%) e os solventes (31%). Como outras drogas, os adolescentes citaram balinha, chá de cogumelo, chá de lírio, haxixe, heroína, LSD e mesclado. Apenas 8,9% dos adolescentes declararam nunca ter feito uso de drogas.

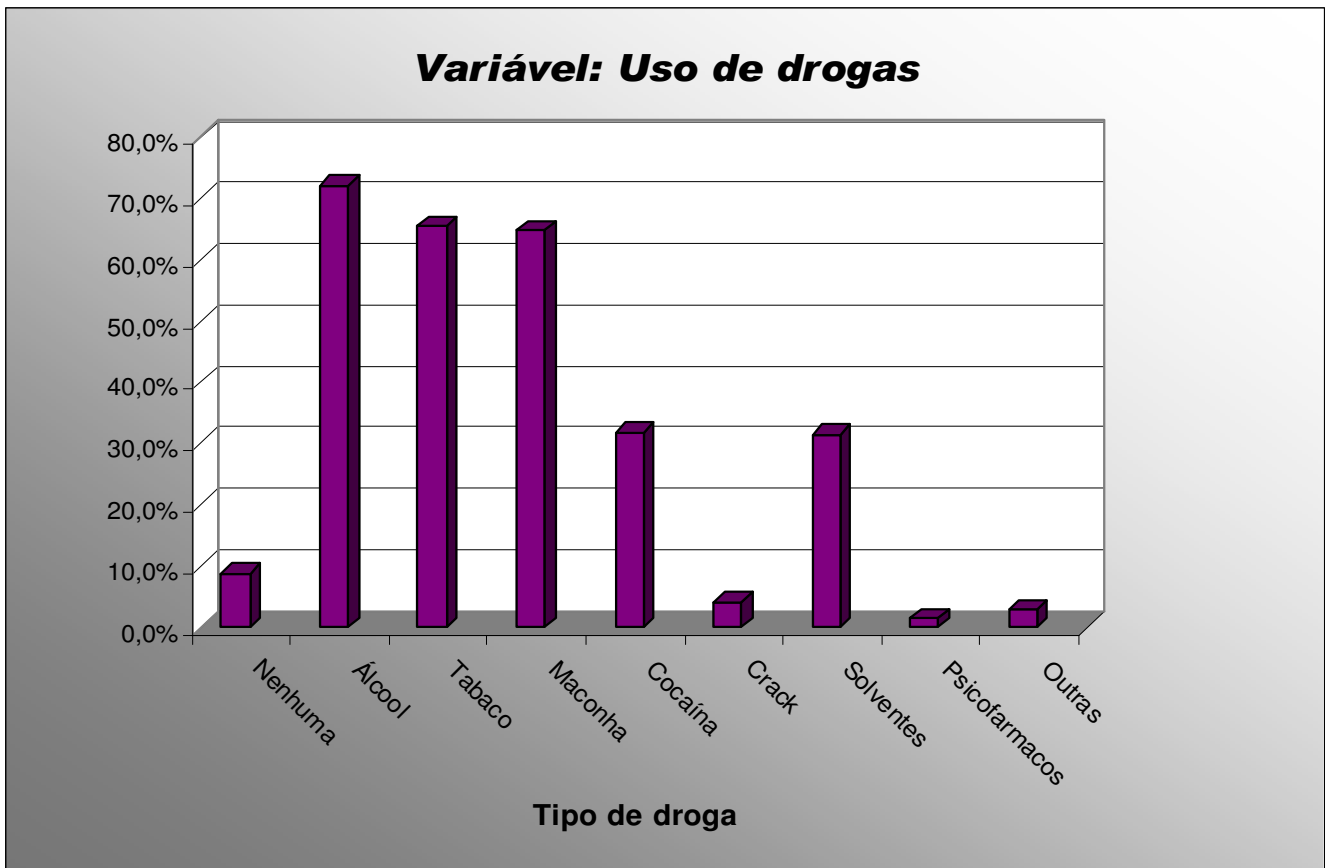


GRÁFICO 11 – Percentual de uso de drogas pelos adolescentes atendidos no CIA/BH no 1º semestre de 2010 por tipo de droga
 Fonte: Banco de dados do CIA/BH, 2010.

4.3.4 Limitação dos dados

Esta análise, porém, apresenta uma grande limitação: os dados que demonstram e qualificam o laço social existente ou não entre os adolescentes e seus familiares não foram mensurados. As variáveis expostas acima se referem aos diferentes tipos de laços que podem ser estabelecidos entre o adolescente e o meio social, embora o principal destes, a família, não tenha sido abordado. A seguir, serão apresentados dados que não se referem à amostra analisada com vistas a amenizar este efeito e contribuir com os propósitos deste trabalho.

Da mesma forma como o CIA/BH mantém um cadastro dos adolescentes atendidos, as unidades socioeducativas do estado de Minas Gerais destinadas ao cumprimento das medidas socioeducativas previstas no ECA também alimentam mensalmente um banco de dados dos adolescentes atendidos. Os dados abaixo foram extraídos do

banco de dados do Centro Socioeducativo Santa Clara (CSESC), unidade socioeducativa destinada ao cumprimento da medida socioeducativa de internação, referente ao mês de agosto de 2010. Neste mês o CSESC atendeu 62 adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de internação, sendo esta a amostra analisada.

Dentre as planilhas, preenchidas mensalmente, que compõem este banco de dados destaca-se o cadastro mensal de adolescentes e o perfil auto declarado do adolescente no momento do acolhimento.

O cadastro mensal de adolescentes é composto pelos dados básicos dos adolescentes que cumprem medida no Centro Socioeducativo, sendo eles: nome do adolescente, nome da mãe, medida, data de nascimento, idade, data de acolhimento, data de desligamento, motivo do desligamento (se neste mês), tempo na unidade (dias), atos infracionais que geraram a medida socioeducativa, local do ato (cidade e bairro), número do processo de origem, documentação (RG, CPF, Certidão de Nascimento, Carteira de Trabalho, Título de eleitor e Histórico escolar).

O perfil do adolescente no momento do acolhimento (auto-declaração) contempla: nome do adolescente; raça/cor; estado civil; renda familiar total (em R\$); número de pessoas da família que vive da renda total; escolaridade do adolescente; escolaridade da mãe do adolescente; convivência familiar; tempo estimado de convivência; UF de origem; cidade de origem; bairro de origem; filho(s); trabalhava antes de ser acolhido?; uso de álcool, tabaco, maconha, cocaína, crack, solventes, psicofármacos, drogas sintéticas, descrição outra(s) droga(s); idade do início do uso de drogas.

Extrapolando a abrangência deste estudo, analisar cada um dos dados acima citados. Portanto, enfatizam-se os dados referentes à convivência familiar e o tempo estimado de convivência. Observa-se na Tabela 6 que a maioria dos adolescentes atendidos no CSESC (81%) reside com a família de origem há mais de 10 anos. No

restante, como demonstra o Gráfico 11¹², encontra-se proporções muito semelhantes, iguais ou inferiores a 5%, para os que já constituíram a sua própria família, residem em abrigos, em grupo, sozinhos ou apresentam trajetória de rua. Logo, identifica-se a “presença” da maioria dos adolescentes no meio do grupo familiar, apesar do cometimento de atos infracionais.

TABELA 6 – Tipo e tempo de convivência familiar dos adolescentes atendidos pelo CSESC em agosto de 2010

Tipo e tempo de convivência familiar	Número	%
Abrigo de 1 a 2 anos	1	2%
Abrigo de 5 a 10 anos	1	2%
Família de origem há mais de 10 anos	50	81%
Família de origem 3 a 5 anos	1	2%
Em grupo de 6 meses a 1 ano	2	3%
Em grupo de 1 a 2 anos	1	2%
Sozinho de 6 meses a 1 ano	1	2%
Sozinho de 5 a 10 anos	1	2%
Família constituída de 1 a 2 anos	1	2%
Trajectoria de rua de 1 a 2 anos	2	3%
Trajectoria de rua de 5 a 10 anos	1	2%
Total	62	100%

Fonte: Banco de dados do CSESC, agosto de 2010.

¹² Para efeito demonstrativo, no Gráfico 11 foram considerados apenas os tipos de convivência familiar agrupando-se os diferentes períodos de convivência.

Variável: Convivência Familiar

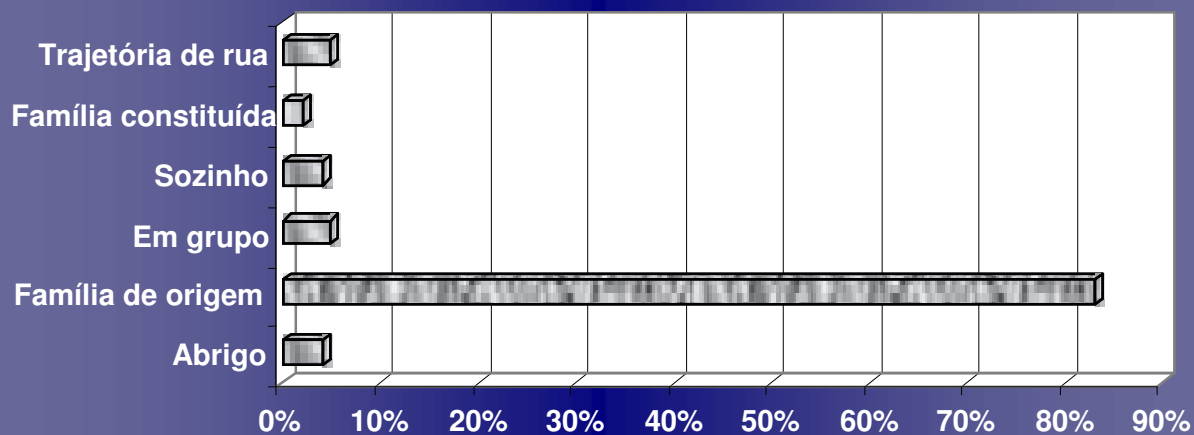


GRÁFICO 12 – Tipo de convivência familiar dos adolescentes atendidos pelo CSESC em agosto de 2010

Fonte: Banco de dados do CSESC, agosto de 2010.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia discutiu as potencialidades e as limitações da Teoria do Controle Social, teoria integrante do que foi chamado de programa de pesquisa das teorias individualistas do crime. Optou-se por realizar uma análise da abordagem específica da Teoria do Controle Social, apesar existência de diferentes abordagens, pois todas têm como pano de fundo a mesma discussão: como determinados fatores estruturais, sócio-culturais, comportamentais, psicossociais e interpessoais influenciam na configuração de comportamentos individuais delinqüentes ou conformistas.

Ao final do processo de análise dos dados disponíveis a luz dos conceitos da Teoria do Controle Social, identifica-se as contribuições da teoria do “controle social” para a explicação da criminalidade juvenil. Essa conclusão foi subsidiada pela análise dos dados sobre o grau de inserção dos adolescentes em diferentes processos socializadores, o que confirma a teoria do ponto de vista da coerência interna e de consistência com os dados empíricos.

A Teoria do Controle Social constitui uma explicação bem articulada sobre como fatores estruturais estão conectados com dinâmicas interpessoais no sentido de produzir comportamentos conformistas. Através das dimensões de afeição, comprometimento, envolvimento e crenças, a teoria apresenta formas claras de mensuração dos laços estruturais e simbólicos que indivíduos estabelecem entre si e dentro das agências de socialização no sentido de desenvolver controles ao comportamento criminal.

O trabalho procurou explorar alguns fatores envolvidos no fenômeno da criminalidade juvenil, que atingi prioritariamente o sexo masculino, enfatizando especialmente o grau e a natureza dos vínculos sociais dos adolescentes autores de ato infracional. Além de destacar aspectos biológicos, psicológicos e sociais relacionados e característicos à adolescência se ampara nas proposições desenvolvidas por Travis Hirschi através da Teoria do Controle Social.

A pesquisa permitiu a análise de dados de parte dos adolescentes apreendidos em flagrante diante do cometimento de ato infracional e que deram entrada no CIA/BH no período de janeiro a junho de 2010. Os dados validam as afirmações que sustentam o discurso em torno da questão da violência e criminalidade juvenil e os pressupostos da Teoria do Controle Social.

A princípio observa-se que a grande maioria dos adolescentes atendidos no CIA/BH é do sexo masculino (91%). Neste período o CIA/BH recebeu adolescentes e jovens com idade entre 12 e 20 anos, sendo que a faixa etária na qual se concentra maior percentual de adolescentes é de 15 anos (21,8%), 16 anos (24,7%) e 17 anos (30,6%), que representam juntas 77,1% da amostra. A maioria é constituída por não brancos (73,7%), com predominância de pretos e pardos, que totalizam 68,3%.

Luiz Eduardo Soares (2006) no texto *Segurança Pública: presente e futuro* apresenta os principais aspectos relacionados à criminalidade e violência no Brasil, destacando como questão central o contexto de insegurança pública vivenciado pela sociedade brasileira, que tem feito vítimas fatais, especialmente os jovens do sexo masculino, pobres e negros. Do mesmo modo, este estudo revela que este também é o perfil dos agentes deste fenômeno.

A maioria dos adolescentes, 49,3%, cometeu atos infracionais relacionados ao tráfico de drogas, que tem representado uma das principais preocupações e foco das intervenções direcionadas à segurança pública no país. Porém este problema tem ultrapassado as ações de segurança se constituindo enquanto questão de saúde pública. Os dados deste estudo apontam que apenas 8,9% dos adolescentes declararam nunca ter feito uso de drogas. Entre as drogas ilícitas mais utilizadas pelos adolescentes distingui-se a maconha (65%), a cocaína (32%), os solventes (31%) e o crack (4%). Destaca-se a parcela de adolescentes que fazem uso do álcool (72%) e do cigarro (65%), que embora sejam substâncias lícitas no país, também causam dependência e prejuízos à saúde. Tais dados apontam para a existência de algum tipo de laço social desfavorável, sob a perspectiva da teoria sociológica do Controle Social, que propicia a obtenção destas substâncias de forma a favorecer o envolvimento de adolescentes e jovens com a criminalidade.

A Teoria do Controle Social aposta na capacidade dos vínculos sociais evitarem que os indivíduos assumam comportamentos desviantes. Desta forma, estabelece que estes laços sociais sejam constituídos por quatro elementos fundamentais: a ligação com outros, o compromisso, o envolvimento e a crença. Tendo em vista que a ligação com os outros está relacionada à afeição e respeito em relação a outras pessoas, considera-se não ter sido possível mensurar ou observar a influência deste elemento através dos dados apresentados neste trabalho. Já, os demais elementos de alguma forma estabelecem relação com a pesquisa em questão.

O vínculo com a escola está presente em parte da amostra, porém 44,2% dos adolescentes atendidos no CIA/BH encontram-se fora das salas de aula. Embora boa parte dos adolescentes encontra-se inserido na escola, este dado se torna insuficiente se considerarmos que adolescentes e jovens com idade entre 12 e 20 anos de idade encontram-se em plena idade escolar. Outro dado a ser considerado com relação à escolarização é a expressiva defasagem escolar, declarada através da disparidade entre idade e série escolar.

“Afim, parece haver nesse aspecto uma via de mão dupla: se a violência, em suas diversas formas, tem impacto negativo na educação, também é verdade que a educação pode ter impacto positivo no enfrentamento da violência. Uma educação de qualidade para todos tem o poder de desviar da criminalidade crianças e jovens, graças às oportunidades que oferece.” (WAISELFISZ, 2010, p.5).

A maioria dos adolescentes atendidos no CIA/BH, 81%, encontra-se fora do mercado de trabalho. Enquanto que dos 19% que exercem atividades profissionais, apenas 2% mantém vínculo formal de trabalho.

No que diz respeito ao envolvimento destes adolescentes e jovens nas demais atividades convencionais, como esporte, cultura e artes os dados revelam pouca participação. As atividades nas quais foram observados os maiores índices foram os grupos de jovens, que podem ou não estar vinculados às instituições religiosas, com 21,8%, Escola de esportes com 21,2%, o Programa Fica Vivo com 18,8% de participação e outras como grupo de dança de rua (8,7%), banda de música (5,6%), e grupo de teatro (5,7%).

O compromisso representa o comprometimento com valores convencionais a partir do investimento em comportamentos conformistas que podem estar relacionados a participação em atividades escolares, trabalho, grupos sociais ou religiosos, através dos quais o indivíduo mantém um comportamento convencional, desenvolvendo uma reputação positiva. Já o envolvimento condiz com o grau de participação e envolvimento em atividades sociais convencionais. Estes dois elementos foram expressos nos dados acima descritos cuja análise conduz para a conclusão de que para estes adolescentes alguns dos laços sociais encontram-se enfraquecidos ou até mesmos inexistentes.

E o último elemento denominado crença representa a convicção em valores convencionais. Embora este não tenha sido avaliado diretamente, conclui-se que os adolescentes autores de ato infracional possuam uma reduzida ou inexistente crença em normas convencionais. Do contrário, desencadearia nestes um conformismo e obediência às regras e leis socialmente estabelecidas, fato este que diverge da conduta infracional apresentada pelos mesmos.

Ainda que os dados obtidos através do banco de dados do CIA/BH não apresentem informações que possam se relacionar ao estabelecimento de vínculos familiares, utilizo-se, em caráter complementar, os dados referentes aos adolescentes atendidos no CSESC. Ao considerar que os adolescentes recebidos pelo CSESC deram entrada no Sistema Socioeducativo pelo CIA/BH, é possível arriscar uma comparação entre os adolescentes atendidos nos dois locais. Os dados do CIA/BH demonstram que os laços sociais (escola, trabalho, grupos e atividades) dos adolescentes atendidos estão enfraquecidos e as informações daqueles que cumprem medida de internação dizem da preservação de algum laço com a família, expresso através da maioria dos adolescentes que declaram residir com a sua família de origem há mais de 10 anos (81%). Pode-se dizer, então, que mesmo com o envolvimento com a criminalidade o vínculo ou ao menos a permanência na moradia dos familiares é preservada ou mantida.

Mário Volpi (2001) realizou uma pesquisa com 288 adolescentes egressos do sistema socioeducativo em seis capitais brasileiras: Porto Alegre, São Paulo, Belo

Horizonte, Brasília, Recife e Belém. O estudo revelou, entre outras coisas, a opinião dos adolescentes quanto ao que foi mais importante para eles durante o período da internação. O maior percentual de respostas (33%) esteve relacionado às pessoas, confirmando que um grupo significativo encontrou nas relações pessoais, especialmente no apoio ou visita da mãe, ente mais presente nos centros socioeducativos, uma referência importante. Segundo Volpi (2001) mesmo privado de liberdade e excluído de uma convivência social normal, a questão relacional continua constituindo a principal e mais importante forma de o jovem existir, ou seja, ele deseja manter sua relação com o mundo, enfrentá-lo e, na maioria das vezes redescobri-lo através das pessoas que representam uma retaguarda positiva de apoio e compreensão. Neste sentido, ele acrescenta que quando o jovem aponta as pessoas (33%), o lazer (12%), os cursos (5%), o estudo (8%), as saídas (5%) e a mudança de vida (9%), que juntas representam 72% das respostas, indica a importância dada por estes adolescentes à questões relacionadas a uma possibilidade de aumentar a sua aceitação social pelo outro.

(...) quando o jovem declara que o lazer, os cursos, o estudo as saídas e a sua atitude de mudança de vida ou comportamento representam o que houve de mais importante durante o período de internação, pode-se concluir que o que ele busca não é o isolamento, nem o afastamento da sociedade, e sim uma forma de reinserir-se e aproximar-se de pessoas que possam representar uma retaguarda afetiva ou uma forma de valorização do seu próprio eu, negado e humilhado pelas múltiplas formas de linguagem pejorativa (infrator, marginal, delinqüente, bandido), atitudes (violência, maus-tratos, humilhações) e características (impessoalidade, frieza, ambiente físico em forma de clausura sem visão do mundo externo) do sistema. (VOLPI, 2001, p:93).

Pochmann e Castro (2008) apontam que a condição juvenil além de representar uma etapa crítica na trajetória de vida dos indivíduos e, paralelamente, significar uma fase preparatória para a vida adulta, possui "valor" por si mesma. Deste modo, exige uma série de políticas públicas gerais, e também específicas, que se mostrem aptas a minimizar os riscos e os problemas já citados, bem como maximizar as oportunidades de inserção econômica, social, política e cultural dos jovens.

Segundo Zaluar (2002) é preciso dar mais atenção à pedagogia e à formação oferecida nas escolas e nos quartéis no que diz respeito à socialização para uma

sociedade em que a civilidade, a confiança mútua, a previsibilidade ofereçam as condições básicas para os novos arranjos e práticas sociais. A participação é importante na medida em que não há segurança sem que as pessoas compreendam os perigos e riscos que correm e façam elas mesmas o que podem para controlá-los ou evitá-los. A autora ainda acrescenta que acreditar que apenas políticas de prevenção vão resolver a questão é negar que a falta de limites legais ou a impunidade também afetam esses jovens e os deixam inebriados pelo poder adquirido com as armas e o dinheiro facilmente obtido pelos roubos, furtos e venda de drogas ilegais, segundo seus próprios depoimentos.

“Enfim, os milhões de jovens enfrentam riscos e problemas que só serão superados com a mobilização social e política das organizações da sociedade civil, bem como com a estruturação de políticas públicas gerais e específicas, de diversas origens e naturezas, que devem se articular e integrar para a abertura de oportunidades de inserção dos jovens na sociedade brasileira.” (POCHMANN e CASTRO, 2008).

Abramo e Branco em *Retratos da Juventude Brasileira* destacam que através da realização de estudos e do desenho de propostas é possível ofertar subsídios para a atuação dos governantes e das organizações da sociedade, além de trazê-las ao domínio público para que possam ser tomadas como referência para o debate das soluções. Os grandes desafios precisam ser superados, especialmente aqueles que impedem o desenvolvimento da cidadania brasileira com mais justiça, equidade e inclusão.

“O conhecimento com base em ciência é essencial para gerar riqueza, cuidar do meio ambiente, melhorar a saúde e lidar com os problemas sociais de pobreza, superpovoamento urbano e violência social.” (SCHWARTZMAN, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, Arminda & KNOBEL, Maurício. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. 10ª Ed.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**.

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio de. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo Perspectiva. [online]. 1999, vol.13, n.4, pp. 62-74. ISSN 0102-8839. Disponível em www.scielo.org, acesso em 28/08/10.

AKERS, Ronald L. **Criminological Theories**. Los Angeles: Roxbury Publishing, 2000, 3rd Edition.

ATHAYDE, Celso; BILL, Mv; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BLAY, Eva. **Adolescência: uma questão de classe social e gênero**. IN **Adolescência e violência: conseqüências da realidade brasileira**. Org. David Léo Levisky. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

BRASIL. **SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa - Edição revista e atual**. São Paulo: FTD, 2000.

FILGUEIRA, C. H. **Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes.** IN: CEPAL. **Seminário Vulnerabilidade.** Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

Governo Aécio: Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente de Belo Horizonte completa um ano e ajuda reduzir índices de criminalidade em Belo Horizonte. Matéria postada em 10/02/2010 no site Minas em pauta – Saúde e Educação Social - <http://minasempauta4.wordpress.com/2010/02/10/governo-aecio-centro-integrado-de-atendimento-ao-adolescente-de-belo-horizonte-completa-um-ano-ajuda-reduzir-indices-de-criminalidade-em-belo-horizonte/>, acesso em 11/10/10.

GUADALUPE, Thiago de Carvalho. **Violência nas Escolas: Testando Teorias de Controle Social.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Dezembro de 2007.

HIRSCHI, Travis. **Causes of Delinquency.** Berkeley, CA: University of California Press, 1969.

LEVISKY, David Léo (org). **Adolescência e violência: conseqüências da realidade brasileira.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

LEVISKY, David Léo. **Aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea e suas relações com a violência.** IN **Adolescência e violência: conseqüências da realidade brasileira.** Org. David Léo Levisky. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MOLINA, Antonio García Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia. 5ª.Ed.revista e atualizada.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA, Nilson Vieira (org.). **Insegurança Pública – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana.** São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

PINHEIRO, Christiane Nicolau. **Subculturas Juvenis: uma breve discussão em torno da participação feminina em gangues ou galeras de Belo Horizonte.** Monografia. Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010

POCHMANN, M. ; CASTRO, J. A. **Juventude e políticas sociais.** 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **As universidades latino-americanas e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável da região.** In: Universidades e Desenvolvimento na América Latina: experiências exitosas de centros de pesquisas. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. www.bvce.org.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança Pública: presente e futuro.** Revista Estudos Avançados, nº56 – Janeiro / Abril, 2006.

TJMG, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Relatório Estatístico de 2009.** Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. Vara Infracional da Infância e da Juventude - Setor de Pesquisa Infracional.

TORISU, Cristiane Kazuko. **Estudo comparativo com adolescentes egressos reincidentes e não reincidentes do Programa Liberdade Assistida em Belo Horizonte.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal De Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: um marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes.** Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n.17).

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direitos. A privação de liberdade na percepção do adolescente.** São Paulo: Cortez, 2001.

ZALUAR, Alba Maria. **Paradoxos do crime-negócio global no Brasil.** Disponível em <http://www.ims.uerj.br/nupevi/paradoxos.pdf> (acesso em 15/10/10).

_____. **Violência: questão social ou institucional? IN Insegurança Pública – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana.** Org. Nilson Vieira Oliveira. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

_____. **Democratização inacabada: Fracasso da segurança pública.** Estudos Avançados 21 (61) 31-49, 2007.

WASELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos Homicídios no Brasil.** São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Adolesc%C3%Aancia>, acesso em 06/09/10.

<http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/adolescencia.htm>, acesso em 06/09/10.